

LARISSA NUNES HASHIMOTO

CASA-LAR

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciência e Tecnologia "Júlio Mesquita Filho" de Presidente Prudente – SP.

Orientadora: Arlete Maria Francisco
Co-Orientadora: Renata Maria Coimbra Libório

Presidente Prudente – 2012

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, por todo o apoio, inclusive financeiro, ao longo de todos os anos de minha formação, apesar de todas as dificuldades e distância;

A Diego, cuja ajuda foi imprescindível na realização deste trabalho, como de tantos outros. Um grande amigo e companheiro para todas as horas;

A minha família, com a qual sempre pude contar, especialmente a Mara Célia, pelos inúmeros favores ao longo destes anos;

A Mayra e Elaine, companheiras de tantos e infindáveis trabalhos. Por todas as madrugadas regadas a Habib's e músicas de gosto duvidoso;

A Igor e André pela amizade e momentos de descontração e pelos almoços gostosos;

A Felipe e Olavo, e tantos outros, por todos os momentos compartilhados, mesmo a distância;

A Nizo, por toda a indiferença, bolas de pelo e noites mal dormidas;

A todos os que passaram pela minha vida e deixaram algo de positivo, agradeço a vocês.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Asilo de Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	7	Figura 13. Brinquedos expostos em um dos dormitórios.....	31
Figura 2. Vista geral do Lar Santa Filomena.....	23	Figura 14. Espaço para assistir televisão.....	32
Figura 3. Sala de Estar da instituição Lar Santa Filomena.....	25	Figura 15. Espaço de refeições.....	32
Figura 4. Cozinha da instituição Lar Santa Filomena...	26	Figura 16. Cozinha.....	33
Figura 5. Dormitório da instituição Lar Santa Filomena.....	26	Figura 17. Área de Serviço.....	33
Figura 6. Armário do dormitório.....	27	Figura 18. Layout básico da área de convívio.....	51
Figura 7. Sanitário da instituição Lar Santa Filomena .	27	Figura 19. Outra opção de layout.....	51
Figura 8. Lavanderia da instituição Lar Santa Filomena	27	Figura 20. Layout básico da área de preparação de alimentos.....	52
Figura 9. Vista geral Projeto Vitória.....	30	Figura 21. Perspectiva da área de preparação de alimentos.....	52
Figura 10. Área Externa.....	30	Figura 22. Área para refeições.....	53
Figura 11. Área Externa Coberta.....	31	Figura 23. Espaço para uso de computadores.....	53
Figura 12. Dormitório da Instituição.....	31	Figura 24. Espaço para uso múltiplo.....	54
		Figura 25. Núcleo de higiene.....	55

Figura 26. Núcleo de repouso.....	56	Figura 44. Esquema da ventilação nos ambientes.....	73
Figura 27. Dimofold.....	57	Figura 45. Esquema da recolhimento das águas pluviais.....	74
Figura 28. Dormitório da cuidadora.....	58	Figura 46. Esquema de iluminação dos banheiros.....	75
Figura 29. Área escolhida destacada em amarelo.....	61	Figura 47. Layout do projeto.....	76
Figura 30. Lotes visitados.....	62	Figura 48. Perspectiva do projeto	77
Figura 31. Lotes selecionados.....	62	Figura 49. Sala de estar, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).....	84
Figura 32. Lote A.....	63	Figura 50. Sala de estar, área adequada.....	84
Figura 33. Lote B.....	63	Figura 51. Sala de jantar, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).....	85
Figura 34. Lote escolhido.....	67	Figura 52. Sala de jantar, área adequada.....	85
Figura 35. Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo de Presidente Prudente.....	68	Figura 53. Sanitário acessível.....	85
Figura 36. Usos próximos ao lote escolhido.....	69	Figura 54. Dormitórios para dois e três ocupantes, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).....	86
Figura 37. Usos relevantes nas proximidades do lote... ..	69	Figura 55. Dormitórios, área adequada.....	86
Figura 38. Hierarquia de vias.....	70	Figura 56. Dormitório do cuidador.....	86
Figura 39. Relevo do terreno obtido através da Base 10.....	70	Figura 57. Cozinha.....	87
Figura 40. Relevo do terreno obtido no Google Earth..	71	Figura 58. Área de serviço.....	87
Figura 41. Insolação.....	71	Figura 59. Imagem externa do Bed by Night.....	89
Figura 42. Estudo de implantação.....	72	Figura 60. Esquema de montagem.....	90
Figura 43. Implantação.....	73		

Figura 61. Imagem externa do Bed by Night.....	90
Figura 62. Imagem externa da residência João Luiz Bettega.....	91
Figura 63. Representação 3D da residência.....	91
Figura 64. A lareira.....	92
Figura 65. Escada em caracol.....	92
Figura 66. Pavimento térreo.....	93
Figura 67. Pavimento superior.....	93

ÍNDICE

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	3	3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS	38
INTRODUÇÃO	1	4. DIRETRIZES PROJETUAIS	46
1. O ACOLHIMENTO NO BRASIL.....	4	4.1 O Núcleo Principal.....	48
1.1 Breve Histórico.....	4	4.1.1 O Pátio.....	49
1.2 O Acolhimento e Suas Modalidades	9	4.1.2 Área de Convívio.....	50
1.3 A Situação Atual	13	4.1.3 Preparação de Alimentos.....	51
2. O ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO .	15	4.1.4 Área para refeições	52
2.1 Características Espaciais.....	18	4.1.5 Espaço para uso de computadores.....	53
2.1.1 A Localização	18	4.1.6 Espaço de uso Múltiplo	54
2.1.2 A Edificação.....	19	4.2 Núcleo de Higiene.....	55
2.2. Estudo de caso: Lar Santa Filomena	23	4.3 Núcleo de Repouso.....	56
2.2.1 Projeto Crescer	25	4.3.1 Quarto das crianças e adolescentes.....	56
2.2.2 Projeto Vitória.....	30	4.3.2 Dormitório da cuidadora	58
3. O ESPAÇO DO HABITAR	35	4.4 Espaços adicionais	59

4.4.1	Garagem e Depósito	59
4.4.2	Área para lavagem de Roupas	59
5.	A ESCOLHA DO LOTE PARA IMPLANTAÇÃO	60
5.1	Elegendo uma Área da Cidade	60
5.2	Visitando Lotes.....	61
5.3	Elegendo o Lote mais Adequado	63
6.	O LOTE	67
7.	O PROJETO	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
	ANEXO 1. PRÉ-DIMENSIONAMENTO	83
	ANEXO 2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	89
	Bed by Night, Hannover, Alemanha	89
	Casa João Luiz Bettega	90

INTRODUÇÃO

As crianças e os adolescentes, no Brasil, desfrutam de proteção integral pela condição de pessoa em desenvolvimento, sendo dever de todos – da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público – assegurar-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos (MELLO, 2004). Enquanto cidadãos, têm direito a uma moradia digna que lhes permita o pleno desenvolvimento e a proteção da sua integridade física, moral e psíquica, preferencialmente em companhia de seus familiares.

As instituições de acolhimento atendem crianças e adolescentes encaminhados por decisão da Justiça da Infância e da Juventude ou dos Conselhos Tutelares, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados pela família, pela sociedade ou pelo Estado e que, em razão disso, necessitem ser, temporariamente, afastados da convivência com suas famílias. Funciona, assim, como moradia alternativa até o retorno à família de origem ou até a colocação em família

substituta. Em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, família extensa ou comunidade.

O acolhimento é uma medida de proteção que visa à garantia, e nunca a privação dos direitos. As crianças e adolescentes nessa situação “merecem especial atenção pela situação peculiar em que se encontram, vivendo em um espaço que não é o seu de origem, com pessoas que não são os seus familiares” (MELLO, 2004). Frequentemente as crianças e adolescentes atendidos são pobres, vindas de uma estrutura familiar fragilizada e muitas passam vários anos institucionalizadas.

O objetivo principal deste trabalho é, partindo de discussões a respeito do tema para compreender as

especificidades e necessidades do programa, buscando criar espaços adequados a atender os usuários, desenvolver um projeto-modelo de instituição de acolhimento de crianças e adolescentes do tipo 'casa-lar' que possa ser implantado, mediante as devidas adequações e modificações, em diversos pontos da cidade, em função da demanda, inclusive em qualquer cidade brasileira.

Desenvolvemos, finalmente, uma proposta de implantação deste modelo na cidade de Presidente Prudente - SP, de forma a demonstrar o objetivo deste estudo e servir de referencial para futuras implantações. Para tanto, o trabalho parte da discussão da trajetória histórica das instituições de atendimento a crianças e adolescentes, as mudanças advindas com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação atual do acolhimento no país e qual a importância de um espaço adequado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Embora o tema do acolhimento de crianças e adolescente em risco seja bastante discutido no âmbito

jurídico, nos aspectos pedagógicos e das políticas sociais, pouco se trata o tema do ponto de vista da arquitetura. Alguns dos trabalhos acadêmicos estudados chegam a analisar brevemente o espaço dos abrigos, mas apenas de forma superficial, citando problemas como falta de espaço e de manutenção, não chegando a analisá-lo do ponto de vista funcional ou abordando como a organização espacial reflete intenções ou ideais daqueles que o organizam.

As crianças e adolescentes que se encontram na condição de acolhidos passaram por momentos traumáticos advindos da rejeição e/ou perda familiar, abuso sexual, agressão física e psicológica, pobreza, contato com drogas e a própria chegada à instituição pode ser traumática e permeada por medo e incertezas, além de ser vista como uma punição. A

figura da "criança abandonada" ou do "menino de rua", constituem, geralmente, a clientela dos abrigos. Também situações de maus tratos vivenciadas pela criança dentro do lar sugerem o seu encaminhamento, ainda que de forma transitória, a uma instituição, como forma de afastá-la, por um tempo, da

situação de violência impingida em família. (SOUZA, 1996).

A maior parte dos espaços de acolhimento se estabelece em casas projetadas para serem residências ou outras edificações, muitas destas cedidas e alugadas, não projetadas para este fim. Descobrir como o espaço deve se configurar para atender a todas as exigências do programa poderá auxiliar em futuros projetos nesta temática.

Este trabalho é também uma oportunidade de discutir a temática da habitação contemporânea, pois a casa

por integrar o primeiro grupo de edifícios pode ser considerada o ponto de partida de todo o pensamento sobre o espaço construído. [...] A casa – lugar do indivíduo e obra primeira da referência existencial – reúne diretrizes igualmente válidas para o espaço público, que pode ser entendido como

o lugar de uma comunidade. (FELIPPE, 2010, p.302)

Este trabalho se divide em 7 capítulos. Primeiramente discutimos sobre o acolhimento no Brasil, perpassando sua trajetória até a contemporaneidade, analisando as críticas ao modelo atual, seus problemas e limitações; estudaremos o que estabelece a legislação que regula a institucionalização de crianças e adolescentes em nosso país e quais são as modalidades de acolhimento.

Recorremos à bibliografia disponível e num segundo momento, necessitando entender às especificidades do programa, os estudos de caso foram primordiais para compreender a instituição do ponto de vista daqueles que a vivenciam.

1. O ACOLHIMENTO NO BRASIL

1.1 Breve Histórico

A trajetória da institucionalização infantil, ao longo dos anos, sofreu diversas variações, reflexo da visão do Estado sobre a temática. Ao longo dos tempos, sempre houveram crianças desamparadas, e a quem caberia à responsabilidade de assisti-las é uma questão que tem sempre acompanhado nossa sociedade. Passando “desde uma perspectiva correcional e repressiva, visando proteger a sociedade de crianças e adolescentes ‘em situação irregular’, até uma visão de garantia de direitos, com o objetivo de oferecer proteção integral”. (MELLO & SILVA, 2004, p. 23).

No período colonial, a assistência às crianças seguia determinações de Portugal aplicadas por meio dos

representantes da Corte e da Igreja Católica, uma vez que o processo de colonização e o de catequização andavam juntos. Os jesuítas buscavam tirar as crianças índias do paganismo, ensinando-lhes normas e costumes cristãos, tornando-as, segundo Rizzini & Pilotti (2011), “futuros súditos dóceis do Estado português”. Para tal, construiu-se um bem estruturado complexo educacional. Importante lembrar que a resistência à catequese era considerada pela lei portuguesa um motivo para o uso da força.

Em 1755, por decisão de Marquês de Pombal, os padres perderam seu poder político nas missões indígenas, sendo expulsos e a escravização de índios proibida. A mão-de-obra escrava africana foi então trazida ao Brasil. Economicamente era mais interessante importar um escravo do que criar e manter uma criança, pois com um ano de trabalho o escravo já pagava seu

valor de compra. Por isso, as crianças escravas morriam facilmente, devido às condições precárias em que eram mantidas e principalmente porque suas mães eram alugadas como amas-de-leite e amamentavam várias outras crianças.

Quanto às crianças abandonadas, que não eram índias ou escravas, cabia desde 1521 às Câmaras Municipais cuidar destas, podendo criar impostos para tal. Porém, nem sempre era possível conciliar a ação da Câmara Municipal e a manutenção da Santa Casa de Misericórdia. De acordo com a moral cristã, os filhos fora do casamento não eram aceitos, por isso muitos estavam fadados ao abandono. A pobreza era outro fator de abandono de crianças, que eram deixadas em locais públicos, sendo que muitas eram devoradas por animais (RIZZINI & PILOTTI, 2011).

[...] nas Minas, a criação dos enjeitados recaía basicamente sobre as irmandades ou sobre as câmaras, estas últimas, muitas vezes, deixando de cumprir o prometido: o pagamento das mensalidades aos criadores ou às amas de leite. Tais mulheres, por sua vez, não obedeciam às determinações de apresentar periodicamente as crianças às

câmaras, e esta mútua desconsideração explicaria, em parte, o alto número de mortes entre os enjeitados. (SOUZA, 1996)

A situação levou à implantação do sistema de Roda no Brasil pela Santa Casa em 1726 na Bahia, 1738 no Rio de Janeiro e posteriormente em diversas outras localidades. Consistia num cilindro giratório instalado na parede, onde era possível que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar quem tinha deixado a criança ali, a fim de preservar a “honra das famílias” (idem). Essas crianças eram chamadas de “enjeitadas ou expostas” e eram alimentadas por ama-de-leite alugadas e também entregues a famílias em troca de uma pequena pensão. Os cuidados duravam cerca de sete anos; a partir desse momento o juiz decidia o futuro da criança, sendo comum que trabalhassem desde pequenas. Na Casa dos Expostos a mortalidade era muito alta, chegando à faixa dos 70% entre 1852 e 1852 (RIZZINI & PILOTTI, 2011), apenas tendo sido abolidas formalmente em 1927, porém a de São Paulo funcionou até 1948.

No século XIX eram também comuns os asilos de órfãos (Fig. 1), destinados àqueles que tinham “fugido ao controle das famílias e ameaçando a ‘ordem pública’” (RIZZINI & PILOTTI, 2011). Visavam à formação industrial dos meninos e a educação doméstica das meninas. Eram financiadas por ordens religiosas ou pelo governo e mantiveram-se funcionando também pelo século XX. Segundo os autores, esses asilos propiciavam segregação do meio social a que pertenciam, o confinamento, o controle do tempo e a submissão à autoridade.

Nos séculos XIX e XX, de acordo com Rizzini (2004, p.13),

as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

Em 1964, com o Regime Militar, a infância também passou a ser competência do governo militar. Este via a questão do que gostavam de chamar de ‘menor’ como um problema de segurança nacional,

criando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), com o objetivo de que “a massa crescente de menores abandonados não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas” (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p.27). O interesse nesses jovens também tinha em vista o seu “potencial produtivo para o processo de desenvolvimento” (idem). Com um discurso de prevenção e reintegração social a FUNABEM e PNBEM favoreceram através das FEBEMs e outras entidades privadas, a internação em larga escala e em nível nacional dos “menores irregulares”.



Figura 1. Asilo de Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Fonte: Guará, 2006.

No fim dos anos 1970, surge um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes — considerando-os sujeitos de sua história —, que evidenciava, entre outras coisas, a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituioes que prejudicavam seu desenvolvimento, tornando-os jovens estigmatizados com dificuldades de inserao social após anos vivendo nesse regime.

O atendimento institucional sofreu muitas mudanças na história recente, embora ainda seja marcado por ideias e práticas do passado. Até o final da década de 80, as crianças institucionalizadas ficavam internadas nessas grandes instituioes fechadas, chamadas de ‘internatos de menores’ ou de ‘orfanatos’, embora essas crianças, e sua maioria, possuíssem famílias. Instituiu-se no país, segundo Rizzini (2004) uma ‘cultura da institucionalizaao’.

Em 1988, a nova Constituiao Federal representou um marco na garantia de direitos básicos, contemplando a proteao integral das crianças e dos adolescentes em seus artigos 227 e 228. Especialmente após a criaao do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, os orfanatos foram se extinguindo, mas essa cultura resiste em ser alterada. Em parte, porque as demandas que levavam as crianças aos internatos nos séculos passados não foram devidamente enfrentadas pelas políticas públicas. Houveram avanços nas práticas de atendimento a crianças na situaao de pobreza, porém persistem

intervenções assistencialistas e autoritárias na esfera da família.

Hoje, o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco deve ser utilizado como último recurso, devendo respeitar seu direito à convivência familiar e comunitária. As análises feitas da primeira etapa do “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” (CARREIRÃO, 2004) mostram que a prevenção ao rompimento de laços familiares não têm sido prioridade nas ações municipais. “Há um grande descompasso no Brasil entre a importância atribuída ao papel da família no discurso e a falta de condições mínimas de vida digna que as famílias enfrentam, na prática, para que possam criar seus filhos” (RIZZINI, 2006, p.32).

Até 2009 as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes eram referidas pelo ECA como ‘abrigos’, quando passaram a ser chamadas de ‘instituição de acolhimento’. A mudança de nomenclatura é discutida por França (s/d). Segundo a autora, enquanto

o termo ‘abrigo’ se referia à dimensão física do espaço, no termo ‘acolhimento’,

a ênfase recai imediatamente no reconhecimento da existência de dois sujeitos: um que acolhe e ou outro que é acolhido. Portanto, saímos da dimensão espacial, para valorizarmos a dimensão relacional que se estabelece entre os sujeitos.

Muitos dos autores cuja bibliografia foi utilizada neste trabalho redigiram seus textos antes de tal mudança, o que não invalida seus discursos. As mudanças de nomenclatura pelo qual passaram estas instituições de acolhimento demonstram uma evolução no atendimento às crianças e adolescentes e refletem as mudanças no significado da infância para nossa sociedade.

Em junho de 2009, o Governo Federal lançou as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e

Comunitária, que apresentam diretrizes a serem seguidas pelas instituições de acolhimento.

É extremamente importante que as instituições se adequem à legislação vigente, cumprindo o que prevê o Estado e tornando a experiência de acolhimento menos traumática e mantendo o firme propósito de reinserção familiar.

Embora a institucionalização de crianças tenha sido duramente combatida, muitos países demonstram preocupação com essa diminuição de investimento público na manutenção destes estabelecimentos em contraponto à contínua demanda por este serviço. Pesquisa do IPEA (2003) demonstra que mais da metade das instituições que compunham a rede de abrigos no momento da pesquisa haviam aberto suas portas após a promulgação do ECA. “Pode-se dizer que as instituições vêm tentando ajustar-se e sobreviver, mas há ainda muito a ser feito para uma reforma de natureza ampla e profunda” (RIZZINI, 2006, p.34).

1.2 O Acolhimento e Suas Modalidades

O acolhimento é, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 101, inciso VII, “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. Para Fromer (2002, p.311) constitui uma “alternativa de salvaguardar a integridade física e psíquica da criança ou do adolescente”. Segundo a autora, ainda há resistência no acolhimento, fundamentada no mito (sic) de que a família é sempre o melhor lugar para a permanência do jovem, porém os prejuízos, causados pela violência intrafamiliar a crianças e adolescentes, demonstram o contrário, ou seja, muito sofrimento poderia ser evitado com esta medida.

Para Fromer (2002), outra ideia que deve ser superada é a de que a instituição de acolhimento é uma alternativa apenas para crianças e adolescentes pobres, uma vez que a pobreza exacerba as condições de

vulnerabilidade e a instituição de acolhimento pode surgir como alternativa equivocada em razão do impacto da pobreza e não de uma situação de violência, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que condições socioeconômicas desfavoráveis não possam determinar a retirada da criança de sua família. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

De acordo com o artigo 90 do ECA, “as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades”. Porém, sendo a executora do programa uma organização não governamental, é compreensível que necessite de recursos públicos para sua manutenção, para arcar com despesas de pessoal, alimentação, vestuário e medicamentos. Os recursos públicos para tal devem ser repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

As Orientações Técnicas do Governo Federal (2009) dissertam a respeito das modalidades de acolhimento, diferenciando, ao contrário de outros autores pesquisados, ‘casa-lar’ de ‘abrigo’:

- **Abrigo Institucional:** oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. O número máximo de atendidos deve ser 20.

- **Casa Lar:** serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, onde pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando

cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. Visa estimular o desenvolvimento de relações próximas do ambiente familiar, deve localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão socioeconômico da comunidade onde estiverem inseridas. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar e proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. A principal diferença entre este e Abrigo Institucional, além do menor número de atendidos por equipamento, está na presença do educador/cuidador residente. O número máximo de usuários é de 10.

- **Repúblicas:** atende jovens de 18 a 21 anos de idade, em situação de vulnerabilidade e em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam

meios para auto sustentação. Com a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, atendendo no máximo 6 usuários.

Alguns municípios aderem também à modalidade de **Família Acolhedora**, que se trata de um indivíduo, ou família já constituída, que se propõe a receber em sua casa uma criança e/ou adolescente assumindo atribuições de guardião. Deve o município regular como seriam escolhidas essas famílias.

Nas casas-lar, foco de nossa pesquisa, a proposta é que haja um atendimento personalizado, onde, segundo Oliveira (2006, p. 37-38) “se reproduza um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não significa substituir a família ou imitá-la”.

O profissional encarregado do cuidado com as crianças deve ter autonomia para “gerir a rotina doméstica”, inclusive as despesas da casa, não devendo “ocupar o lugar da mãe ou da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o

encaminhamento para família substituta, quando for o caso". (BRASIL, 2009). Recomenda-se que também as crianças e adolescentes tomem parte nas decisões acerca da rotina, de modo que se reconheçam como parte integrante do grupo, com direitos e deveres.

Deve se considerar

a capacidade de acolhimento da unidade, o imóvel em que ela funciona, a possibilidade de um relacionamento contínuo entre abrigados e funcionários e o plano de trabalho, dirigido a cada criança ou adolescente, que, com base no resgate de sua história, procurará encontrar alternativas para a reintegração familiar. [...] (OLIVEIRA, 2006, p.37-38)

Para a autora, "a capacidade do abrigo, associada à arquitetura do imóvel em que funcionam", é um elemento muito importante para que se proporcione esse atendimento personalizado.

A ideia é que o abrigo funcione em uma casa térrea ou assobradada, com três ou mais quartos e demais dependências – de preferência, sem placa indicativa de que se trata de instituição –, e deve ainda estar situado em bairro com fácil acesso aos recursos da comunidade (escolas, postos de

saúde, hospitais, espaços de lazer, etc.), para não haver segregação. (IDEM, p.38).

De acordo com Oliveira, segundo Levantamento Nacional do IPEA (2003), cerca de 60% dos abrigos atendem a até 25 crianças e adolescentes. Porém, em 4% dos abrigos de algumas regiões do país a média por abrigo é bastante superior ao recomendado, chegando a mais de 100 crianças e adolescentes acolhidos.

O limite de crianças e adolescentes por instituição de acolhimento não foi determinado pelo ECA, o que gerou muitas divergências: Carreirão (2004) sugere o número máximo de 12 crianças e adolescentes, Oliveira (2006) alega que as instituições com 10 crianças e adolescentes geridas por pai e/ou mãe social sejam as ideais e o "Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-SP), em sua Resolução 053/CMDCA/99, estabelece o limite de 20 crianças por instituição de acolhimento, enquanto o CMDCA-RJ fixa em 25 esse número" (OLIVEIRA, 2006). Com o advento das Orientações Técnicas formuladas pelo governo

federal, em 2009, estabelece-se oficialmente que o número máximo de usuários por casa-lar deve ser de 10.

1.3 A Situação Atual

O já citado Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, avaliou todos os abrigos brasileiros que recebem subsídios do governo federal através da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC). Suas estruturas físicas foram avaliadas segundo dois atributos: condições gerais da edificação (acesso à infraestrutura urbana e as características físicas dos abrigos) e a adequação das instalações ao desenvolvimento de programa de abrigo (inserção da edificação no contexto da comunidade e a configuração dos seus espaços internos).

Em 2003 haviam 20 mil crianças em sua maioria, de 7 a 15 anos de idade, vivendo em 589 abrigos,

localizados majoritariamente na região sudeste (49%), especialmente no estado de São Paulo (34%). Entre os motivos do acolhimento destes jovens, o principal (24%) é a carência dos responsáveis, seguida de abandono (18%) e violência doméstica (11%). Quase 70% dos abrigos, são instituições não governamentais e a maioria tem ligação com alguma organização religiosa, especialmente católica. No sudeste, a maioria (56,4%) dos abrigos atendem no máximo 25 crianças e adolescentes. A maioria dos atendidos são do sexo masculino e afro descendentes e espantosamente, aproximadamente 90% possuem família.

As crianças e adolescentes vêm de famílias pobres, pois segundo Silva, “as carências materiais sofridas pelas famílias de baixa renda impõem dificuldades adicionais para a sobrevivência do grupo, ampliando as chances de crianças e adolescentes pobres passarem por períodos de institucionalização”, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente disponha, em seu artigo 23, que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo de suspensão do poder familiar” e recomenda que “não

existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá, obrigatoriamente, ser incluída em programas oficiais de auxílio”, a pobreza dificulta a garantia dos direitos fundamentais, pois se encontra todo tipo de precariedade: na moradia, no saneamento, no provimento da alimentação de qualidade e no acesso à saúde e à escola.

Embora a intenção dos abrigos seja de prover uma habitação temporária e transitória, 52% das crianças pesquisadas viviam nos abrigos há mais de dois anos, devido a diversos fatores como:

o acolhimento de crianças e adolescentes nos abrigos sem decisão judicial; a escassez de fiscalização das instituições de abrigo por parte do Judiciário, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares; a inexistência de profissionais capacitados para realizar intervenções no ambiente familiar dos

abrigados, promovendo a reinserção deles; [...] o entendimento equivocado por parte dos profissionais de abrigo de que a instituição é o melhor lugar para criança; a ausência de políticas públicas de apoio às famílias; a demora no julgamento dos processos por parte do Judiciário; e a utilização indiscriminada da medida de acolhimento pelos conselheiros tutelares, antes de terem sido analisadas as demais opções viáveis para evitar a institucionalização de crianças e adolescentes. (SILVA, 2004, p.25)

De acordo com a pesquisa do IPEA, os abrigos considerados adequados em relação à configuração dos seus espaços externos (ausência de identificação institucional, proximidade a serviços) é de 58,4%, e quanto aos espaços internos, (existência de locais individuais para guarda de objetos pessoais das crianças e dos adolescentes e acessibilidade para pessoas com deficiência), representam uma parcela ínfima do total pesquisado: apenas 0,8%.

2. O ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

É importante que os abrigos sejam mistos e não se limitem a atender uma faixa etária específica ou a um grupo específico de crianças (portadores de deficiências, ou de AIDS, por exemplo), de forma que garanta o que estabelece o ECA, evitar transferências para outras entidades e garantir o não desmembramento de grupos de irmãos, para que não haja rompimentos afetivos. Apenas 12,6% das instituições possuem instalações físicas adaptadas ao acesso de pessoas portadoras de deficiências, o que indica que crianças e adolescentes com estas características, na verdade, enfrentam restrições no acesso ou no atendimento nessas entidades.

De acordo com as recomendações do governo federal, deve-se propiciar sua participação nas festividades e demais eventos da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde,

cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária. Segundo Silva e Mello (2004, p.86) a atenção especializada, quando necessária, deve ser proporcionada por meio da articulação com outros serviços públicos e, talvez, a partir de pequenas adaptações no espaço e na organização do abrigo, como aconteceria em uma residência comum.

No acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer as Orientações Técnicas (2009) recomendam observar o interesse, as habilidades e grau de desenvolvimento da criança e do adolescente. Sendo possível, deve-se propiciar que esse acesso não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço frequentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de

favorecer também a interação com outras crianças/adolescentes da comunidade.

Garantidas restrições essenciais à sua segurança, crianças e adolescentes devem circular pela comunidade de modo semelhante àqueles de sua mesma faixa etária – caminhando, usando o transporte público ou bicicletas – contando com a companhia de educadores/cuidadores ou outros responsáveis quando o seu grau de desenvolvimento ou a situação assim exigir. No convívio com a comunidade deve ser oportunizado que crianças e adolescentes possam tanto receber seus colegas nas dependências do serviço como participar, por exemplo, de festas de aniversário de colegas da escola. (BRASIL, 2009, p.51)

As condições do espaço de moradia estão diretamente ligadas aos direitos à vida e à saúde; as crianças e idosos são particularmente dependentes deste espaço, uma vez que necessitam de maior proteção e permanecem maiores períodos nas residências, por isso deve-se buscar uma adequação dos espaços de moradia a estes usuários.

Os antigos orfanatos, com suas grandes dimensões espaciais, a organização impecável, a extrema

homogeneidade e a rotina rígida logo mostravam que ali não estavam em casa.

Durante a vigência da doutrina da situação irregular, inspiradora do antigo Código de Menores, as instituições chamadas “totais”, destinadas a crianças e adolescentes em situação de risco – como orfanatos, internatos, asilos, reformatórios – materializavam-se em construções muito características: prédios enormes; longos corredores; quartos numerosos que reuniam muitas camas; não-identidade individualizada dos espaços. Além disso, previam a realização intramuros de quase todas as atividades atinentes à vida das crianças e dos adolescentes abrigados: consultórios médicos, gabinetes odontológicos, enfermarias, salas de aula, capelas, ginásios esportivos (MELLO & SILVA, 2004, p.139).

De acordo com Mello & Silva, a criança chegava ao instituição de acolhimento, muitas vezes vítima de violência, abandono ou negligências, com sua autoestima comprometida, com dificuldades de afirmação de sua identidade e individualidade e era submetida à homogeneidade espacial e grupal, impedida de imprimir suas características pessoais aos espaços, como seu próprio dormitório e impossibilitada de

manifestações pessoais básicas como se vestir ou brincar, dificultando a superação de seu quadro. As mudanças legais realizadas nas últimas décadas procuram evitar essa situação, respeitando os espaços e objetos individuais.

De acordo com as Orientações Técnicas do Governo Federal (2009), as crianças e os adolescentes devem ter a oportunidade de realizar pequenas mudanças nos espaços privativos, fazer escolhas e participar da organização do ambiente de acolhimento, segundo seu grau de desenvolvimento e capacidades.

Os jovens devem participar da organização da rotina diária da instituição e assumir responsabilidade pelo cuidado com seus objetos pessoais, com seu autocuidado e cumprimento de compromissos (escola, atividades na comunidade, trabalho, etc.). É importante ressaltar que a participação das crianças e adolescentes nas tarefas relacionadas aos cuidados domésticos devem ser estimuladas, sem detrimento, todavia, de qualquer outra atividade lúdica ou educativa. Para Ungaretti (2010) o fato de a criança poder deixar sua marca

pessoal no ambiente “promove o sentimento de afetividade dela com o abrigo, de pertencer a este lugar. Os educadores observam que as crianças sentem satisfação em ajudar a cuidar da casa e mantê-la em ordem, porque elas percebem que o espaço é delas também”.

Os jovens acolhidos devem ter a oportunidade de

conhecer a cidade, saber utilizar os serviços públicos, ter acesso e discutir os noticiários, assistir a atividades culturais da região e participar delas também [...]. Precisa de experiências gratificantes e desafiadoras no dia-a-dia, como as atividades de saída para lugares próximos ou mais distantes, aprender sobre sua relação com o espaço e o ambiente em que vive, o cuidado corporal, a alimentação, o vestuário. Enfim, como cuidar de seu bem-estar (CUNEO, 2007, p.65).

Ungaretti (2010), ao comentar as adaptações feitas em um abrigo em São Paulo, mostra como as mudanças levaram a uma melhor compreensão por parte dos educadores da importância da individualidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes. “Hoje eles acreditam que as manifestações de seus gostos, [...] são fundamentais para aprenderem a se relacionar com os

outros, para aprenderem sobre si e para se fazerem conhecer” (p. 50).

A estadia na instituição deve ser o menos agressiva possível, o que, sem dúvida, envolve o ambiente em que se desenvolve o programa de instituição de acolhimento. Assim, a adequação ao ECA deve dedicar especial atenção à estrutura física dessas instituições.

Mello e Silva (2004) observam a importância de discutir a arquitetura dessas instituições:

considerando que qualquer objeto arquitetônico surge sempre em resposta a uma demanda, cabe discutir de que forma as crianças e os adolescentes abrigados serão atendidos em suas necessidades e especificidades nas entidades que oferecem programas de abrigo hoje em dia.

2.1 Características Espaciais

2.1.1 A Localização

Sua localização deve se dar em “áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos” (BRASIL, 2009). É importante ainda, a proximidade a serviços principalmente escola, posto de saúde e ponto de ônibus, “os dois primeiros representam serviços básicos essenciais de atenção a crianças e adolescentes, e o terceiro, um equipamento público estratégico para facilitar a mobilidade das pessoas e o acesso àquilo que não estiver disponível nos arredores” (MELLO, 2004). Secundariamente, a proximidade a comércio, delegacia e igrejas/templos deve ser considerada positiva e desejável.

No levantamento feito pelo IPEA em 2003, foi estabelecida uma pontuação para cada um dos elementos presentes na vizinhança. Escola, posto de saúde e ponto de ônibus, receberam dois pontos cada um, quando existentes; comércio, delegacia e igrejas/templos receberam um ponto cada. A existência de hospitais foi considerada indiferente, pois este tipo de

equipamento é estabelecido num planejamento na escala da cidade. “Assim, ainda que a proximidade de um hospital seja interessante, não se pode tornar negativa a sua inexistência” (MELLO, 2004).

Não é desejável que uma instituição de acolhimento fique em local onde existam apenas instituições desse tipo. Porém, é natural que unidades ligadas a uma mesma instituição fiquem próximas. Assim, a presença de outros abrigos foi considerada como item indiferente nos casos de haverem também residências nas proximidades. As entidades que informaram existir outros abrigos, mas não citaram residências nas proximidades sofreram subtração de um ponto.

Estabeleceu-se como ótima a vizinhança dos abrigos que conseguiram pontuação entre seis e nove; boa àqueles que tiveram um total de três a cinco pontos; e ruim para os que somaram dois pontos ou menos. Esta forma de avaliar a localização das instituições serviu, neste trabalho, para nortear a escolha do local de implantação de nossa instituição, buscando proximidade aos serviços já citados.

2.1.2 A Edificação

É preciso atentar a três perspectivas direcionadoras do projeto: o aspecto externo da instituição de acolhimento; a configuração interna dos seus espaços; e o programa de atividades previstas. Com relação aos aspectos do exterior da construção, particular ênfase é dada a não-identificação da instituição de acolhimento como tal: devem ser evitadas placas e referências ostensivas, bem como as edificações de aspecto claramente institucional. A instituição de acolhimento deve assemelhar-se a outras residências das proximidades e estar inserido entre elas, “mantendo alguma referência à usual aparência externa de um domicílio comum” (MELLO & SILVA, 2004) para que as crianças e os adolescentes não sejam estigmatizados.

Os espaços internos e sua escala devem assemelhar-se aos de uma residência comum, evitando-se, por exemplo, os imensos dormitórios e refeitórios, bem como cozinhas e lavanderias industriais, inacessíveis às crianças e aos adolescentes. Além disso, deve-se

prever o acesso para pessoas portadoras de deficiências. É preciso que as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento sintam-se em casa, ou, pelo menos, em uma casa.

A configuração interna dos espaços deve proporcionar que as crianças e os adolescentes desenvolvam suas atividades cotidianas o mais próximo possível da normalidade,

para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de outra natureza, como, por exemplo, de atendimento médico, odontológico, educação infantil (“creche”), etc. (BRASIL, 2009, p.51).

Deve haver flexibilidade não apenas com relação às normas e regras, mas também com relação à organização dos ambientes. Como aponta Oliveira (2008), “quando o abrigo é reconhecido como um espaço simbólico, a organização dos cômodos pode ser adaptada à necessidade dos adolescentes ou de um determinado momento institucional”.

Segundo Mello e Silva (2004, p.141), devem existir ambientes “receptivos a brincadeiras e atividades típicas por idade, os brinquedos e os livros devem estar acessíveis aos usuários e, se possível, espaço para recreação ao ar livre”. Além disso, recomenda-se que disponibilize lugar para estudos individuais e realização de tarefas escolares, que haja espelhos em altura que permita a visualização da própria imagem por todos, bem como aos espaços individuais para guarda de objetos pessoais, onde cada uma possa colocar seus brinquedos, roupas e outros pertences.

Deve-se prezar pelo conforto no que é influenciado pela disponibilidade de espaço, pelo desfrute de privacidade e pela possibilidade de obtenção de silêncio e, conseqüentemente, de repouso e reflexão. O IPEA estabelece como ideal, que o número de dormitórios não ultrapasse seis, de forma que não se diferencie excessivamente das residências-padrão brasileiras.

Cada quarto deve abrigar o máximo de quatro crianças e adolescentes, mantendo uma relação

adequada entre área e o número de usuários. Nas Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) sugere-se “2,25 m² para cada ocupante e caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverão ser aumentadas para 3,25 m² para cada ocupante”.

Oliveira (2008) fala da importância de não manter um padrão homogêneo de organização das camas e dos quartos, permitindo certa flexibilização. “Os critérios de distribuição das crianças e adolescentes nos quartos e o uso que estas podem fazer deste também nos oferece subsídios para refletir o ‘sentir-se em casa’. [...] Podem organizar este espaço, imprimindo suas características pessoais”. A autora ressalta também a importância de poderem imprimir essas ‘características pessoais’ em seus modos de vestir e em suas rotinas, onde cada um tem uma rotina de acordo com suas necessidades e desejos.

O quarto do cuidador residente deve ter espaço para acomodar “cama (de solteiro ou de casal), e mobiliário para guarda de pertences pessoais”. A sala de estar e a sala de jantar deve ter espaço suficiente para

acomodar todas as crianças e adolescentes da casa e os cuidadores residentes. Sugere 1,00 m² para cada ocupante em cada um dos cômodos.

O espaço para estudos poderá ser exclusivo para esta atividade ou ser organizado em outro ambiente por meio de espaços suficientes e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização da atividade. Além disso, é preciso “espaço físico destinado à acolhida inicial daqueles que estão chegando, adequado, inclusive, para a acomodação daqueles que chegarem durante o período noturno” (BRASIL, 2009, p.45). Porém, na cidade de Presidente Prudente o acolhimento emergencial noturno é realizado pela prefeitura e as instituições de acolhimento recebem crianças e adolescentes somente no ‘período comercial’.

Cada sanitário deverá ter um lavatório, um vaso sanitário e um chuveiro para uso de até seis crianças e adolescentes. Pelo menos um destes deve ser acessível. Um sanitário exclusivo para os funcionários.

Devem haver locais individuais para a guarda de objetos pessoais como roupas, documentos, fotos, livros e

brinquedos, que podem ser simplesmente um armário, uma gaveta, ou uma prateleira individual.

Precisam haver espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, “instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos” (BRASIL, 2009, p.75). Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.

Ainda que seja dado destaque à semelhança com um ambiente residencial, Mello e Silva ressaltam que “a edificação resultante do cumprimento das recomendações [...] não seria exatamente uma residência comum, mas uma instituição de pequeno porte”. Embora possa se assemelhar a uma família com numerosos filhos, o número, idade e gênero destes é flutuante e nem sempre se estabelece uma ligação afetiva com aqueles pagos para zelar por sua integridade. Os usuário estão ali, na maioria das vezes, a contragosto, num

ambiente estranho, convivendo com pessoas que até então desconhecia, e vêm suas vidas à mercê das decisões judiciais. Os responsáveis pelo cuidado dos acolhidos são indivíduos com um vínculo empregatício, que têm folgas e uma vida particular. Enfim, é uma casa sujeita aos desejos do Estado, devendo cumprir suas exigências, normas de funcionamento, submeter-se a inspeções regulares, e dependem de financiamento do Estado e/ou de doações para seu funcionamento.

Em relação ao princípio do atendimento em pequenos grupos, recomenda-se, como já foi citado, que o número de crianças e adolescentes atendidos em uma mesma unidade de programa de acolhimento não ultrapasse 10, número que não é comumente encontrado em uma residência atualmente. “Sugere-se que os programas de acolhimento disponham de espaços externos para recreação e lazer, o que não acontece em grande parte das residências brasileiras e que pode ser perfeitamente superado pela utilização de espaços públicos para esse fim” (MELLO & SILVA, 2004).

Deverão funcionar fora da casa-lar as atividades técnico-administrativas, onde deve existir uma sala para equipe técnica, sala de coordenação – com local apropriado para guardar prontuários dos usuários em segurança e sigilo – e sala para reuniões.

Este projeto, buscando se aproximar do que seria uma casa-lar ‘ideal’ seguirá todas as orientações quanto à localização urbana, aparência externa e organização dos espaços citadas neste capítulo.

2.2. Estudo de caso: Lar Santa Filomena

Foram realizadas duas visitas, no dia 10 de abril e no dia 20 de agosto de 2012, a instituição Lar Santa Filomena (Fig. 2), na primeira visita pude entrevistar a coordenadora da instituição, Walkíria de Araújo Machado e uma assistente social, conhecer o espaço físico e a história da instituição. Lá há uma grande quadra poliesportiva, piscinas, bloco administrativo com

auditório, blocos de salas de aula, com cozinha industrial, refeitório e as casas-lar.



Figura 2. Vista geral do Lar Santa Filomena. Quadra esportiva, bloco de aulas, administração.
Fonte: a autora, 2012.

A Sociedade Civil Beneficente Lar Santa Filomena é uma organização sem fins lucrativos idealizada por Florivaldo Leal, com a ajuda financeira do Lions Club, e fundada em novembro de 1960. O atendimento iniciou em maio de 1962, inicialmente gerido por freiras da Congregação Franciscana do Sagrado Coração de Jesus, que apenas em 1996 se desligaram da instituição. A princípio atendia apenas meninas de 0 a 18 anos de idade e de diversas origens: órfãs, meninas trazidas pelos próprios responsáveis e maioria encaminhadas pela FEBEM. No início eram 30 meninas, mas logo chegaram a atender mais de 100 crianças e adolescentes, que eram

acomodadas num longo galpão, onde se enfileiravam camas.

Com o passar do tempo e o surgimento de novas leis para regulamentar o funcionamento dos abrigos, o encaminhamento de crianças passou a ser apenas através de decisão judicial ou por encaminhamento do conselho tutelar. A partir de 1999 passou a atender também crianças e adolescentes do sexo masculino.

O Lar Santa Filomena desenvolve vários projetos de acolhimento como o Projeto Crescer, para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados; Projeto Vitória, que abriga meninos de 10 a 18; Plantão 24 Horas que acolhe crianças e adolescentes emergencialmente; projetos socioeducativos, que ocorrem em horário não-escolar: o 'Cantinho do Sol', para crianças de seis anos, matriculadas no primeiro ano de alfabetização; 'Conhecimento Além da Escola' (CAE), para jovens de 11 a 15 anos; 'Superação', para prática de futebol, natação, skate e bicicross para adolescentes, de 12 a 18 anos; e 'Projovem Adolescente', que atende beneficiários do Bolsa Família, com idades entre 15 e 18

anos. Todos os projetos, com exceção do Cantinho do Sol e do Superação (apoiado pelo Grupo de Empresários e Profissionais Amigos da Criança), são financiados por meio de convênios federais e estaduais, e de subvenções municipais.

Em 2002, com o objetivo de atender ao ECA, foram realizadas obras de construção de duas casa-lar no lote da instituição onde funciona o Projeto Crescer; buscou-se que estas tivessem semelhança a residências comuns, embora estivessem no centro de um grande lote, em meio a edificações administrativas. Segundo Guará (2006)

quando os parâmetros legais definiram o abrigo como uma instituição de caráter residencial para pequenos grupos de crianças e adolescentes, a primeira providência das organizações foi à adaptação física dos espaços. Muitos abrigos foram divididos em pequenos lares; outros fizeram reformas, transformando os grandes ambientes em pequenos quartos; outros diminuíram o número de atendimentos ou fecharam.

2.2.1 Projeto Crescer

Embora sua aparência geral seja de uma residência comum de médio-baixo padrão construtivo, não há possibilidade de visualizá-la da escala da rua, ou seja, sua localização não permite que a certa distância esta possa ser inteiramente apreendida, como aconteceria com uma casa comum, o que causa certa estranheza.

Cada casa do Projeto Crescer tem quatro quartos, sendo uma suíte para a mãe social e os demais para os acolhidos, que chegam ao máximo de 15 por casa-lar. A mãe-social é uma profissional fixa contratada, que deve ter mais de 25 anos de idade, solteira e sem filhos pequenos; trabalha sete dias por semana e folga outros dois. Nos dias de folga ela é substituída por uma mãe-social substituta. Elas permanecem o dia todo na casa, onde realizam as tarefas domésticas, cozinham e cuidam das crianças.

Internamente, as casas têm a aparência de casas de classe média-baixa comuns: um pequeno alpendre

antecede a sala de estar (Fig. 3); esta última possui uma estante com fotos dos moradores, um televisor e aparelho leitor de DVD, dois sofás de três e dois lugares e algumas almofadas pelo chão. Não há espaço para que todos os moradores do lar se acomodem simultaneamente em frente à TV.



Figura 3. Sala de Estar da instituição Lar Santa Filomena.
Fonte: a autora, 2012.

A cozinha (Fig. 4) possui armários comuns de madeira, geladeira, freezer, e uma longa mesa de jantar

com doze lugares, de aspecto simples. Mais uma vez, observa-se que não há lugar para todos à mesa. Os alimentos são buscados na dispensa da cozinha central da instituição.



Figura 4. Cozinha da instituição Lar Santa Filomena.
Fonte: a autora, 2012.

Um longo corredor leva aos quartos e sanitários; são três dormitórios de áreas variadas, com várias camas de estrutura tubular de ferro distribuídas por seu espaço, armários embutidos com portas de correr, sendo que alguns possuem penteadeira, cômoda e/ou sapateira. Os quartos (Figs. 5 e 6) possuem uma organização rígida, as

camas todas possuem roupas de cama idênticas, e não há indicadores de personalização dos ambientes. Cada usuário tem sua cama e sua parte no armário, onde pode guardar objetos pessoais, roupas e sapatos. Não são utilizados beliches.

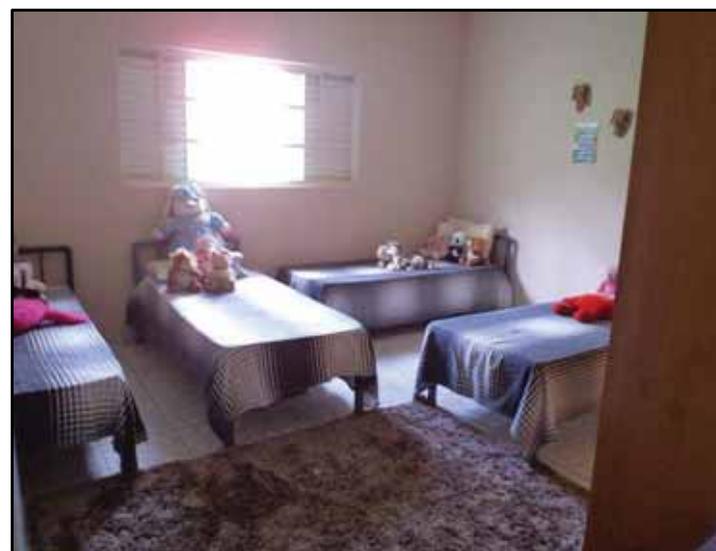


Figura 5. Dormitório da instituição Lar Santa Filomena.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 6. Armário do Dormitório.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 7. Sárítario da instituição Lar Santa Filomena.
Fonte: a autora, 2012.

Há dois sanitários (Fig. 7) com divisórias para duas duchas e duas bacias sanitárias, de caráter fortemente institucional, contrariando as recomendações formais; pequena área de serviço (Fig. 8), com tanque e máquina de lavar. A assistente social que guiou a visita explicou que apenas algumas peças de vestuário são lavadas ali, pois a maior parte é enviada à lavanderia industrial presente em outra área da instituição, que possui equipamentos industriais.



Figura 8. Lavanderia da instituição Lar Santa Filomena.
Fonte: a autora, 2012.

As duas casas são idênticas, possuindo forro de madeira e piso cerâmico. Nem as casas, nem o restante da instituição são acessíveis, porém ainda este ano, serão realizadas obras de adequação. Luciane relata que apenas um jovem portador de necessidades especiais foi abrigado até o momento, e que devido à falta de acessibilidade das edificações, era difícil sua locomoção e principalmente a realização de sua higiene, quando ele necessitava da ajuda de dois funcionários para tomar banho, tendo que ser segurado no colo por um destes. O lote ocupado pela instituição é bastante acidentado, e apresenta grande aclive, o que dificultará a total acessibilidade.

As visitas dos pais podem ser feitas duas vezes ao mês, aos sábados. Tal fato causa estranheza, já que o maior objetivo de instituições dessa natureza deve ser a reintegração dessas crianças à família, fortalecendo os laços familiares e nunca os debilitando. Os autores estudados recomendam, inclusive, uma flexibilização do horário de visitas.

As crianças, quando permitido pelo juiz, podem visitar a casa de seus pais em feriados prolongados. Fora da instituição realizam algumas atividades, como frequentar a escola, catequese, visita à praça em frente ao lar, participação de projetos sempre acompanhados da mãe-social e levados no automóvel da instituição, de forma que sua independência é desestimulada. Além disso, não podem frequentar a casa de amigos ou sair sozinhos. Alguns adolescentes mais velhos são autorizados a dormir alguma noite fora na casa de amigos, visitar o shopping, ou ir a aniversários. Os passeios são realizados em grupo. Os jovens, fora do horário escolar, frequentam os projetos oferecidos pela instituição. Na própria instituição recebem atendimento psicológico e realizam os projetos oferecidos, mais uma vez contrariando as Orientações Técnicas Federais.

Todas as crianças abrigadas no momento da visita vinham de famílias carentes, e segundo a entrevistada, tem sempre sido assim, sendo incomum receber crianças de boas condições socioeconômicas. A maioria foi encaminhada devido à negligência familiar, em geral

causada pelo uso de drogas na família. Legalmente as crianças podem permanecer um máximo de dois anos na instituição, porém há crianças que já estão lá há seis anos, devido à morosidade dos processos e em alguns casos ao fato de que há pouco número de adoção de crianças quando estas estão disponíveis para tal, pois poucos querem adotar crianças mais velhas e muitas não têm o desejo de serem adotadas.

Na administração atual, apenas um jovem completou 18 anos na instituição. Ele trabalhava anteriormente como menor-aprendiz num projeto municipal e ao atingir a maioridade foi contratado pela instituição, passando a ser um funcionário, e a ter uma renda que permitiu que de lá se mudasse.

Atualmente a instituição se mantém com contribuições governamentais de todas as instâncias (federal, estadual e municipal) que totalizam 60% de sua receita, além de receber doações de pessoas físicas e jurídicas. A instituição é fiscalizada uma vez por mês pelo judiciário e pela promotoria a cada três meses. O Lar

Santa Filomena abriga um total de 45 crianças em risco, além de atender outros 780 jovens em seus projetos.

A instituição, apesar de todas as adequações que sofreu, ainda não se encontra integralmente adequada ao que estabelece as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. As casas localizam-se numa grande área institucional onde existem outros equipamentos, não estando localizada entre outras residências; os moradores não têm oportunidade de imprimir sua individualidade aos espaços; não há brinquedos ou livros na casa, nem um espaço de estudo; os jovens passam o dia fora da residência realizando atividades dos programas desenvolvidos pela própria instituição, não tendo outra opção; não há tentativa de reintegração familiar; os jovens não têm autonomia para realizar nenhuma atividade.

2.2.2 Projeto Vitória



Figura 9. Vista geral Projeto Vitória.
Fonte: a autora, 2012.

O Projeto Vitória que se destina a acolher crianças e adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos de idade, o que contraria uma das premissas das diretrizes que recomendam a não separação por gêneros. Ele funciona numa edificação externa à instituição, numa casa alugada (Fig. 9) a alguns quarteirões de distância. Possui vagas para 10 usuários, mas no dia da visita contava com 6 acolhidos. Fomos recebidos pelas mães-sociais Lúcia Bernardete Padilha e Valéria Araujo Oliveira

Menezes, sendo que apenas a primeira pernoita na casa e a outra trabalha na casa diariamente. Lúcia trabalhou anteriormente por dez anos na instituição Casa dos Meninos e trabalha no Projeto Vitória desde seu início, há cinco anos.



Figura 10. Área externa.
Fonte: a autora, 2012.

A casa é cercada por um gradil e possui garagem e um pequeno quintal com vasos de plantas (Figs. 10 e 11). Pela área externa é possível acessar uma saleta externa onde Lúcia realiza costuras.



Figura 11. Área externa coberta.
Fonte: a autora, 2012.

A casa possui quatro dormitórios, sendo que um destes foi improvisado numa pequena saleta e possui um beliche (Fig. 12), enquanto os outros quartos, sendo um deles suíte, possui duas beliches. Um deles possui uma cômoda, onde as crianças expõem alguns brinquedos (Fig. 13). Uma suíte pertence à mãe social. Todos os lençóis são idênticos. Todos os quartos possuem armários e/ou cômodas para guarda de pertences dos jovens de forma individual. Para a entrevistada, seria positivo que todos os quartos fossem suítes, o que evitaria tumulto em horários de grande demanda. Para ela, se houvesse

espaço, o ideal seria que não se utilizassem beliches e sim camas individuais. Além disso, relata que os armários deveriam ser todos embutidos.



Figura 12. Dormitório da instituição.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 13. Brinquedos expostos em um dos dormitórios.
Fonte: a autora, 2012.

Há uma grande sala onde se encontra um espaço para assistir TV (Fig. 14), um computador, uma grande mesa de jantar (Fig. 15), um armário e um pequeno rack onde ficam expostas medalhas e troféus de um dos acolhidos que pratica ciclismo. Lúcia gostaria que houvesse mais computadores, mas relata que conseguem dividir um computador só tranquilamente, porém não possuem acesso à internet, impossibilitando que os jovens tenham familiaridade com esta ferramenta que pode ser importante num futuro profissional.



Figura 14. Espaço para assistir televisão.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 15. Espaço de refeições.
Fonte: a autora, 2012.

A cozinha (Fig. 16) possui fogão de 6 bocas, geladeira, armários, uma pequena mesa e um aparelho televisor. Ali são preparadas todas as refeições dos jovens. Lúcia relata que, se fosse possível, gostaria de integrar a cozinha à área social da casa, de maneira que tivesse sempre visão dos jovens, porém, como a residência é alugada, não podem fazer grandes modificações.



Figura 16. Cozinha.
Fonte: a autora, 2012.

Na área externa, em área coberta há uma área de serviço com tanquinho e máquina de lavar (Fig. 17). Ali são lavadas algumas peças de roupa quando necessário, pois normalmente as roupas são recolhidas e levadas até o Lar Santa Filomena para serem higienizadas na lavanderia que ali existe. Porém, se por algum motivo a lavadeira precisa de ausentar, a mãe social lava as roupas na própria residência. Parte dos varais fica à sombra e parte descobertos.



Figura 17. Área de serviço.
Fonte: a autora, 2012.

Lúcia gosta do fato da casa ter vista para a rua, pois segundo ela tem-se maior sensação de liberdade e pode-se observar o movimento na rua, o que os meninos gostam muito de fazer. Para ela, seria importante que os jovens tivessem uma área de lazer para brincarem com pebolim ou ping-pong, por exemplo. Outro aspecto positivo, segundo Lúcia, é que ali é possível ter um relacionamento com os vizinhos e os meninos podem fazer pequenas compras domésticas pelas redondezas

quando necessário. Para ela o aspecto negativo de ficarem fora do Lar Santa Filomena é a acessibilidade dos funcionários do Lar a casa. As visitas dos pais, que ocorrem duas vezes ao mês, em sábados, são realizadas no Lar Santa Filomena, e para isso os jovens se deslocam até lá.

No Projeto Vitória, tanto por se localizar num ambiente externo à instituição, numa casa comum quanto pelo ambiente da residência, observa-se que esta tem um funcionamento e aparência interna muito mais próximos do desejável, porém necessitaria de várias mudanças, que não podem ser realizadas.

Porém muitos erros se repetem aqui, como certa rigidez na organização dos quartos, influenciada também

pela falta de espaço físico, forçando a utilização de beliches, que acabam se posicionando em frente às aberturas de janelas.

A instituição não está preparada para receber cadeirantes, pois muitos cômodos não há espaço para movimentação e os sanitários, por exemplo, não são adaptados.

O que se conclui é que funcione a instituição numa edificação construída para o fim de acolhimento ou numa alugada, ela igualmente não cumpre com muitos preceitos do ECA e das diretrizes governamentais que estabelecem normas para seu funcionamento.

3. O ESPAÇO DO HABITAR

Nosso projeto, embora seja uma edificação institucional, é uma moradia, para as crianças e adolescentes acolhidas, além dos adultos que ali trabalham, e por isso entenderemos a edificação como espaço de habitação. É uma oportunidade não só para discutir como deve ser o espaço para acolhimento de crianças e adolescentes mas também para discutir e repensar como deve ser a habitação contemporânea brasileira para famílias numerosas, que têm cada vez se tornado mais incomuns, mas não devem ser ignoradas.

A relação entre as pessoas e os espaços, especialmente o espaço de moradia, vai além da estrita utilidade, extrapolando a simples função de proteção física e abrigo. Concordo com Mello (2004) que uma casa deve proporcionar privacidade, espaço suficiente para o desenvolvimento das atividades, tendo estabilidade estrutural, durabilidade, iluminação,

ventilação, de forma que disponha de infraestrutura básica, índices apropriados de qualidade ambiental e seja acessível do ponto de vista da mobilidade urbana.

Segundo Felipe (2010), o habitar surge como a própria condição essencial da existência humana, anterior, portanto, a toda arquitetura: habitar é habitar o mundo, ser no mundo, existir. A casa seria a obra primeira da referência existencial, que permanece intrínseca a nós como a própria identidade. “Como espaço contido dotado de valor e participe das atividades inerentes à vida, a arquitetura faz referência à identidade do ser humano, ao tempo que introduz o debate do estar seguro” (FELIPPE, 2010, p.300).

Segundo Felipe, a pessoa está em interação dinâmica com o seu ambiente: admite-se que não só o meio exerce influência sobre os indivíduos, mas os indivíduos, reciprocamente, exercem influência sobre o

meio. Pessoa e ambiente são partes constituintes de um sistema integrado de correlações, cuja compreensão torna-se necessária para o entendimento de quaisquer aspectos da relação humano-ambiental.

Tramontano (1993) coloca que a sociedade e conseqüentemente a configuração das famílias têm se transformado de modo acelerado nas últimas décadas. A entrada e ascensão da mulher no mercado de trabalho alterou a distribuição dos papéis na família e o desejo de ter menos ou nenhum filho. Devido à queda na fecundidade e na mortalidade as famílias hoje são muito menores e têm 'envelhecido'. Surgem novos modos de vida: as famílias monoparentais, casais sem filhos, casais homossexuais, coabitantes sem consanguinidade, pessoas que moram sozinhas. Nosso público, composto de dez crianças e adolescentes, apresenta um modo de vida que vai 'na contramão' da tendência das famílias contemporâneas, já que é um grupo tão numeroso de pessoas coabitando. Porém, devemos entendê-los como mais um modo de vida dentre tantos outros.

Tramontano (1993) ressalta que não só a composição do grupo doméstico determina novos modos de vida, mas também a entrada dos meios de comunicação, especialmente os computadores ligados à internet, no espaço da habitação alterou muitos hábitos e comportamentos.

Segundo o autor a maior parte de nossas habitações são uma herança do Movimento Moderno, como o Existenzminimum – habitações de baixo-custo e pequenas dimensões – a bipartição dia/noite e a ideia de cômodos monofuncionais e de antes dele, como a tripartição burguesa entre área social, íntima e de serviço.

Tramontano sugere abordar os projetos do ponto de vista programático: convívio, repouso e isolamento, higiene, preparação de alimentos, trabalho em casa, estocagem e um sétimo item que consiste na articulação geral destes espaços. A intenção, longe de ser funcionalista, é "entrevier [...] novos status possíveis para os espaços e não necessariamente cômodos que abrigariam cada uma das atividades dentro da

habitação”, caminhando para uma desfuncionalização dos espaços domésticos.

A separação entre comer, estar e receber foi contestada pelo modernismo, que agruparam todas estas funções na zona diurna da habitação. Hoje as atividades de convívio invadem outros espaços da habitação, e não precisa mais de um espaço específico para se desenvolver. Além disso, os meios de comunicação como o computador, o telefone e a televisão sobrepõem-se aos espaços das relações pessoais. Numa edificação onde coabitam muitas pessoas a sobreposição do espaço de convívio e do espaço onde se come é mais evidente, já que comumente o momento das refeições é um momento onde todos se reúnem. Em outros momentos, a mesa de jantar se presta a outras funções, como um local para as crianças desenharem, fazerem lições de casa, trabalhos manuais.

Os espaços de repouso e isolamento, ganham muita importância na nossa sociedade que valoriza cada vez mais o individualismo. Muitas vezes englobam além do espaço para dormir área de estocagem de roupas e

objetos pessoais, de estudos/trabalho e até sanitários individuais. Como parte dos dormitórios serão destinados a crianças, a necessidade de isolamento não é tão latente, já que a necessidade de individualidade acompanha o amadurecimento dos indivíduos. Já os adolescentes, na impossibilidade de abrigá-los em quartos individuais poderiam dividir o quarto com apenas mais um companheiro.

Se moradia burguesa o espaço de higiene tinha um caráter de espaço de serviço, “local de realização de tarefas pessoais incontornáveis” (TRAMONTANO, 1995) agora passa a ser um local de prazer e relaxamento, em consonância com a tendência de culto ao corpo e a naturalização da nudez. Em nosso projeto, pelo número de usuários de um mesmo sanitário ser elevado, devemos procurar meios de otimizar a utilização destes, como a colocação de várias pias para uso simultâneo e a compartimentação do sanitário e chuveiro, de forma que um não comprometa o uso do outro.

O espaço de preparação de alimentos foi um dos que mais sofreu modificações ao longo do tempo. De

cômodo isolado, espaço de rejeição, nos fundos da casa, a cozinha passou a se aproximar dos demais espaços domésticos até, no modernismo, ser vista como elemento centralizador da habitação. O espaço tem se integrado e até se sobreposto aos espaços de convívio, ocupando um lugar privilegiado nas habitações, tornando-se até 'espaços de receber' como tem mostrado a popularização das cozinhas gourmet. Na moradia burguesa... A estocagem de livros, objetos, alimentos, roupas, equipamentos entre outros pode ser pensada de diversas maneiras, de forma que se adeque à rotina dos moradores. Em nosso caso precisamos de grandes áreas de estocagem para atender a toda a demanda. A estocagem de alimentos e principalmente de mobiliário não utilizado ocupará um grande espaço físico.

3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Para que o espaço acompanhe as necessidades dos usuários e as mudanças no modo de vida contemporâneo os ambientes deverão se flexibilizar, ou seja, possibilitar uma reorganização ou reordenação de mobiliário, uso e espaço.

A flexibilização dos espaços pode ser uma forma de

reorganizar continuamente o espaço doméstico em função das necessidades específicas de seus moradores. Já não se trata de buscar a satisfação das necessidades universais do homem através de um único modelo de habitação, cientificamente concebido, capaz de atendê-las. Mas, frente à diversidade de estilos de vida e à sua alternância ao longo da vida do indivíduo **ou de um mesmo grupo**, uma alternativa seria, com certeza, a de procurar sistemas – espaciais, construtivos, etc. – que se revelem igualmente capazes de assumir configurações diversas." (TRAMONTANO, 1995, p.57, grifo da autora).

Segundo Jorge (2012, p.27), a flexibilidade arquitetônica habitacional maximiza a eficiência do espaço, promove

novas oportunidades de uso, otimiza espaços reduzidos ou subutilizados além de devolver ao usuário o controle sobre o ambiente e o poder de tomar decisões de acordo com suas necessidades; A flexibilidade auxilia o direcionamento de uma nova mentalidade arquitetônica, voltada para a satisfação do usuário, para a melhoria do espaço doméstico e para a promoção da durabilidade prolongada. [...] A flexibilidade de usos desempenha um papel fundamental como critério de qualidade habitacional.

Para Jorge (2012) a flexibilidade significa reintroduzir a natureza humana do prazer e da satisfação de habitar. Ela representa a superação do espaço automatizado e a busca por acomodar o processo de mudanças “demográficas, novas relações sociais, padrões culturais e comportamentais, avanços tecnológicos, indeterminações”. Para ela a flexibilidade “real” de uma habitação deve ser viabilizada através de recursos tecnológicos, como componentes construtivos,

sistemas prediais, equipamentos e mobiliário doméstico adequados.

Em nosso caso a flexibilização é uma necessidade e até uma exigência já que o número, idade, gênero e necessidades dos moradores está em constante variação, o que pode exigir um contínuo redesenho dos espaços. O importante é observar que todo projeto deve partir do pressuposto que existem diversos estilos de vida e que a habitação deve se adequar aos moradores e não o inverso, a análise das necessidades reais dos habitantes constitui o programa. Como ressalta Orcioli (2002) “a habitação de nosso tempo não existe e jamais deverá existir. [...] Está em constante processo de transformação, adaptação. Tal como ocorre com a nossa própria vida” (p.64).

Zaera (in Orcioli, 2002) discute a incorporação do ‘tempo’ na arquitetura. Segundo ele o tempo “subverte a identidade entre função e forma” pois “a forma do edifício tem que dar lugar a distintas funções em um mesmo dia”. Os momentos, ou tempos, são imediatamente substituídos por outros, surgindo à

necessidade do que chama Orcioli de arquitetura dinâmica, aquela com um “potencial latente de mudança” que varia segundo as necessidades de seu habitante. “A arquitetura é interativa, onde o importante é o sistema criado em lugar do resultado. As coisas não têm lugar”.

De acordo com Galfetti (1997, apud JORGE, 2012, p.61-62) a flexibilização é um mecanismo que compensa a lacuna na conexão entre o arquiteto e o ocupante desconhecido. Para ele a flexibilidade torna possível a diversidade de modos de vida. Gustau Gili Galfetti (apud Filkelstein, 2009) a subdividiu em três categorias: mobilidade – permite mudanças rápidas, como reconfiguração diária dos espaços; evolução – possui capacidade de mudanças no layout básico a longo prazo, com o passar dos anos; elasticidade – expansão ou contração do espaço através de um projeto inicial básico estabelecido.

A arquitetura moderna criou muitas possibilidades para a flexibilidade, ao deixar para trás a atitude de conceber projetos a partir de modelos pré-concebidos,

inaugurando um modo onde a forma do objeto resultante só é conhecida ao final do projeto. As partes que compõem o projeto podem ser arranjadas de diversas maneiras, de acordo com o programa, sítio e materialidade. A distinção entre estrutura e vedação como sistemas independentes é outra inovação que veio a contribuir com essa nova forma de projetar.

Le Corbusier, com o concreto armado, liberta as colunas do vínculo com os planos do teto e do chão e as paredes passaram a exercer a função apenas de vedação, tendo sua dimensão reduzida, conduzindo a uma nova estética da planta. Nos anos 20 projeta a Ville Le Lac, com elementos flexíveis, como divisórias móveis dobráveis e de correr e uma mesa extensível. Elementos de flexibilidade como as portas de correr, vedações de materiais leves, cozinha integrada mantiveram-se presente por toda sua arquitetura. Ao sintetizar os ‘cinco pontos de uma nova arquitetura’, como a planta livre, criou preceitos fundamentais tanto para o desenvolvimento de sua arquitetura quanto para a

“solidificação das bases de uma arquitetura flexível” (FILKELSTEIN, 2009).

Mies van der Rohe utilizou também de um esqueleto estrutural e da planta livre. Em seu edifício Weissenhof, a área molhada ocupa um núcleo fixo, sendo o restante dividido por paredes móveis. Para Mies, o que se flexibiliza é a função, enquanto a forma deve ser neutra de tal forma que permita isto ocorrer.

Em primeiro lugar, a estrutura permite leiautes diferentes que podem mudar no longo do prazo; em segundo, exceto pela cozinha e pelo banheiro, não há um uso designado para os outros espaços, assim, os usuários podem decidir como ocupar os diferentes cômodos; e em terceiro lugar, a utilização de paredes móveis dá aos usuários a possibilidade de alterar fisicamente os espaços. Este nível de flexibilidade faz com que os apartamentos tenham uma vida útil mais longa: eles podem ser modificados ou no curto prazo, para acomodar as atividades familiares do dia-a-dia, ou para acomodar uma família crescente e em transformação; ou permitir, no longo prazo, a reconstrução dos interiores para criar diferentes unidades dentro da casca estrutural do edifício (FRENCH, 2009, p. 48 apud FILKELSTEIN, 2009).

Segundo Filkelstein (2009), o surgimento de novas demandas forçou os conceitos a irem se moldando à nova realidade e o homem-modelo (criado por Le Corbusier) foi substituído pelo homem comum, real, forçando a reformulação dos velhos conceitos. Ao admitir a diversidade humana à questão da flexibilidade se tornou imperativa, devendo o projeto oferecer possibilidades variadas: a continuidade do espaço, paredes internas não estruturais, paredes externas não estruturais, divisórias móveis, mobiliário projetado integrado à arquitetura.

Galfetti (1997, apud Filkelstein, 2009) afirma que os experimentos engenhosos dos anos 60 dão lugar a necessidade de flexibilidade aliada ao uso comedido da tecnologia.

Nos anos 70, Aldo Rossi afirma que não há uma relação linear entre forma e função. Para ele uma determinada forma pode ser cenário de diversas atividades diferentes ao longo do tempo, e por isso, uma edificação não deve ser feito ‘sob medida’ para um uso específico.

Hertzberger, nos anos 90, sugere que a flexibilidade tem seu ponto de partida na certeza de que “a solução correta não existe, já que o problema que requer solução está num estado permanente de fluxo é sempre temporário” (HERTZBERGER, 1999). Para o autor, a única abordagem construtiva para uma situação que está sujeita a mudança é uma forma polivalente, que se preste a diversos usos sem que ela própria tenha de sofrer mudanças, de maneira que uma flexibilidade mínima possa produzir uma solução ótima.

Segundo Hertzberger a arquitetura é padronizada, pois parte-se do pressuposto de que as pessoas utilizam os espaços da mesma forma. O usuário não pode escolher onde desempenhar funções como comer ou dormir, pois os espaços são pré-estabelecidos socialmente. A forma do espaço doméstico deve ser capaz de induzir cada uma das funções e alterações desejadas, conservando a identidade arquitetônica.

De acordo com Filkelstein (2009) a questão da flexibilidade foi tratada de diversas maneiras pelos arquitetos. Uns como Mies van der Rohe procuraram

pensa-la de maneira ampla, criando uma arquitetura neutra. Para estes, a flexibilidade existia no campo da função, enquanto a forma permanecia a mesma. Outros, como Hertzberger, pregam que as edificações devem ser projetadas atendendo tanto as necessidades dos futuros moradores quanto as mudanças que os locais possam vir a receber.

A arquiteta argentina-catalã Zaida Muxi (apud Filkelstein, 2009) afirma que para um projeto arquitetônico de moradia ser flexível, é preciso dotá-lo de espaços que possuam certa neutralidade, o que se traduziria pela ausência de hierarquia. Este esquema afeta a distribuição dos espaços internos e dos vãos externos que devem ter uma mesma dimensão para facilitar mudanças internas. A moradia poderia ser utilizada como um espaço aberto ou ser setorizada de acordo com as necessidades do morador. O mobiliário neste caso deve permitir as mais variadas disposições.

Para Rabeneck (apud JORGE, 2012) “a habitação flexível pode ser definida a partir da liberdade de reformular a organização do espaço interno, definido

rigidamente por um vedo perimetral". O autor define os componentes básicos de um esquema flexível:

- divisórias internas não portantes e removíveis;
- ausência de colunas ou preferencialmente grandes vãos entre elementos e vedos portantes;
- instalações, tubulações e acessórios desvinculados da obra bruta, evitando de embuti-los na alvenaria;
- marginalização da área úmida e das instalações de serviços em relação à seca;
- localização das portas e das janelas de maneira a permitir mudança de posição sem comprometer as funções dos vedos portantes e dos vedos externos;
- utilização de formas geométricas simples nos quartos;

A autora Filkelstein aponta elementos facilitadores da flexibilidade em edifícios residências. Com algumas ressalvas consideramos que sejam úteis para nosso trabalho. Destacamos:

- **Estrutura independente;**
- **Modulação,** pois permite uma arquitetura neutra e sem hierarquização, além de facilitar a pré-fabricação e redução de custos;

- **Paredes divisórias internas leves** mas que satisfaçam necessidade de privacidade acústica e visual, sendo capazes de suportar instalações, servir de local para armazenamento de objetos, e que possam ser pré-fabricadas ou feitas de material de fácil acesso para facilidade de aumento/complementação. Deve permitir instalação de portas e outras aberturas. Geralmente é utilizado gesso ou madeira;
- **Divisórias móveis** de correr ou dobrar;
- **Mobiliário como divisória** como armários, estantes divisórias, balcões que permitam delimitação ou privacidade aos espaços;
- **Núcleo de banheiros e cozinha;**
- **Fachada livre,** ou até mesmo independente da edificação, modificável pelo usuário;
- **Pisos elevados** que permitam embutir as instalações e flexibilizar os usos;
- **Armários embutidos;**

A autora faz distinção entre dois tipos de flexibilidade: a **intrínseca**, aquela que apresenta forma neutra ou várias plantas à escolha do usuário (quando se trata de edifícios residenciais) e a **projetada**, onde ficam claras as opções de distribuição das atividades, através da possibilidade de variados layouts; de mudanças ao longo do dia/noite (como o uso de camas embutidas); os chamados projetos inacabados, onde o usuário recebe uma base a ser preenchida com componentes industrializados a sua escolha; projetos expansíveis; possibilidade de subdividir/integrar espaços;

Segundo JORGE (2012), os sistemas construtivos abertos seriam os mais adequados à flexibilização, pois permitem uma forte interação com o meio, adaptando-se e reorganizando-se através da alteração de componentes ou das partes. As peças devem poder ser substituídas por outras de diferentes origens, assumirem diferentes posições dentro da obra e combinarem entre si.

Cada subsistema construtivo aberto deve seguir certos parâmetros de flexibilidade.

A estrutura deve permitir o acréscimo de sobrecarga. O espaçamento entre vigas e pilares deve ser amplo. Evitar alvenaria estrutural e preferir sistemas pré-fabricados.

As vedações devem ser feitas com elementos leves e de pouca espessura, de fácil instalação e manutenção. Divisórias leves, armários móveis, painéis pivotantes, tetos com forros modulares, pisos de fácil aplicação (elevados, laminados, vinílicos). Revestimentos com pisos e paredes já acabados.

Instalações devem ser independentes da estrutura e das vedações, dando preferência a instalação de serviços em blocos, instalação de cabeamento estruturado e pré-cablagem. Deve priorizar trajetórias sobre forros ou sob pisos elevados.

O objetivo, segundo Hertzberger (1999, p. 147), é “chegar a uma arquitetura que, quando os usuários decidirem dar-lhe um uso diferente do que foi originalmente concebido pelo arquiteto, não seja perturbada a ponto de perder sua identidade”. Devemos alcançar uma edificação que molde-se às necessidades e

ao modo de vida dos habitantes sem que para isso se descaracterize.

4. DIRETRIZES PROJETOAIS

Boa parte das diretrizes de nosso projeto foram dadas pelas Orientações Técnicas do Governo Federal (2009) e pelos autores consultados os quais já discutimos em capítulos anteriores e não pretendemos nos repetir. Iremos discutir e justificar outras diretrizes que guiarão nosso projeto. A flexibilização dos espaços será a direcionadora do projeto, já que a natureza do programa exige certa flexibilidade dos espaços, de forma que o ambiente se adeque a mudanças do estilo de vida ou mudanças no próprio funcionamento da instituição.

Para entender nosso programa devemos ter claramente delineado quem serão os usuários e quais

suas necessidades. Nosso usuário são crianças e jovens, sob os cuidados de uma funcionária, vivendo num ambiente próximo ao familiar. Podemos considerar, então, que estamos projetando para uma família, que possui particularidades e especificidades como qualquer outra, portanto precisamos entender sua dinâmica e necessidades. O principal desafio é que os membros variam com certa frequência; uns permanecem anos enquanto outros apenas meses, e por isso, tanto o sexo, quanto idade de seus membros pode sofrer grandes alterações num espaço de tempo relativamente curto.

É importante frisar que as regras de utilização dos espaços deverão ser estabelecidas em cada casa, de acordo com a decisão dos moradores, sendo que consideramos que o acesso dos jovens aos ambientes comuns e sua movimentação pela casa não deve nunca ser impedida ou controlada. Fica a critério da cuidadora, permitir ou não livre acesso ao seu dormitório, assim como os jovens podem decidir se outros podem adentrar

em seus quartos. Apenas a saída da instituição deve ser controlada, seguindo normas da instituição e normas internas, quanto a horários, dias, etc.

Para compreender como deve ser o espaço da habitação, desenvolvemos um fluxograma de usos, correlacionando uns aos outros, de forma a orientar como deve se dar a articulação dos espaços.

FLUXOGRAMA DE USOS



Fonte: a autora, 2012.

O projeto é composto de três núcleos básicos: repouso, higiene e a área principal que se compõe de um pátio centralizador, criando uma implantação em “U”.

Algumas diretrizes devem permear este projeto e sua consequente implantação:

- Utilizar meios ecológicos como aproveitamento de energia solar, incentivo a separação do lixo e uso de águas pluviais, de modo que os jovens possam se familiarizar com estes princípios simples e possam talvez aplicá-los futuramente;

- A edificação deve ser totalmente acessível, permitindo total integração das crianças, mesmo que estas apresentem mobilidade reduzida. Para tal deve-se observar o que estabelece a NBR9050, da ABNT;

- Os ambientes devem ser o mais livres possíveis de divisórias, permitindo que possam ser reorganizados de acordo com necessidades ou desejos dos moradores, permitindo uma flexibilização dos espaços;

- O tipo de vegetação utilizado, materialidade, estruturas, tipo e alocação de aberturas devem ser

decididos pelo arquiteto responsável pela implantação tendo em vista tipo de solo, conformação do terreno, relevo, insolação, onde ficarão as aberturas, sendo estes fatores totalmente flexíveis e adequáveis, desde que seguindo os princípios já discutidos;

- Para dimensionamento de mobiliário e organização espacial, tomamos por referência as obras de Neufert, que tratam do assunto, de forma a tornar o espaço ergonômico;

- Os layouts aqui apresentados servem como referência, devendo ser alterados de acordo com cada projeto, desde que seguidas todas as diretrizes;

- Deve se observar a necessidade de espaços para estocagem de objetos diversos, como roupas de cama e outros utensílios;

4.1 O Núcleo Principal

Concluimos que o espaço principal deste projeto é aquele composto pelas áreas de convivência, preparação

de alimentos, realização de refeições e o pátio, pois esta é a área de maior permanência e onde todos os moradores interagem entre si. Todos estes usos devem se compatibilizar de forma que não se criem divisórias ou barreiras visuais, facilitando a supervisão, interação e integração dos membros.

Para evitar que crianças se machuquem ou realizem atividades arriscadas, deve se facilitar a visão de todos os ambientes comuns, de modo que a cuidadora seja capaz de enxergá-las, mesmo que esteja desempenhando outras atividades.

4.1.1 O Pátio

Este pátio deve ser o espaço centralizador de todos os usos, permitindo a permeabilidade visual, conforto climático e um espaço agradável para brincadeiras. Ele deve ser composto prioritariamente de áreas permeáveis, com muita vegetação e algumas espécies arbóreas que proporcionem sombreamento.

Esta tipologia de residência que se organiza a partir de um pátio central é conhecida por casa-pátio, remontando à prática de edificação dos gregos e romanos, amplamente utilizado durante o modernismo e que se perpetua até hoje.

Segundo Consenza & Alves (2004, p. 92), o pátio possui um sentido de movimento circular, “isto é, com um centro irradiador. Mesmo que sua forma seja um quadrado ou retângulo, este sentido não é alterado”. Para os autores, acima de tudo, o pátio interno supre a carência de proteção sentida pelo homem, é onde ele pode “se ‘defender’ dos olhares dos curiosos, pode viver com os seus semelhantes e usufruir dos aspectos da natureza” (p. 118), “é nele que o homem poderá desenvolver suas atividades ao ar livre, abraçado pelo edifício” (p.120).

Na casa urbana romana (*domus*), o pátio servia para recolher as águas da chuva numa cisterna; o aproveitamento de águas pluviais tem se tornado prática cada vez mais comum na contemporaneidade devido à conscientização de nossos problemas ambientais e da

necessidade da dita sustentabilidade. Aqui, reutilizaremos as águas pluviais, utilizando para isso canaletas que circundam o pátio, onde as águas dos telhados serão recolhidas, posteriormente filtradas e reaproveitadas nas descargas dos sanitários e na irrigação dos jardins. As canaletas devem ser limpas regularmente para retirada de folhas e galhos.

Ainda segundo Consenza & Alves (2004), em climas quente-úmidos, que apresentam altas temperaturas durante o dia, altas taxas de umidade do ar e pequena amplitude térmica diária, os pátios permitem uma maior exposição do edifício à circulação dos ventos, e se sombreado criam um adequado espaço bioclimático. Além disso, proporciona ventilação cruzada, “que induz ao efeito termossifão e diferencial de pressão por toda a construção” amenizando o desconforto térmico em períodos quentes. Além do mais, o pátio serve para trazer luminosidade aos espaços interiores.

Todo o fechamento da edificação quando voltado para o pátio deverá ser em vidro, com portas de correr

que proporcionem grandes aberturas e sobre estas pequenas aberturas basculantes para ventilação.

O pátio deverá ser gramado, evitando que o solo fique exposto, de forma que poeira e partículas de terra não se dispersem pela casa. Além disso, deve dispor de vegetação arbustiva, bem como vegetação arbórea de um porte que possibilite sombreamento, porém cujas raízes não possam vir a danificar a estrutura da edificação e que não sejam decíduas, ou seja, que não percam todas suas folhas em determinada época do ano, de forma que minimize entupimentos das canaletas.

4.1.2 Área de Convívio

Deve haver espaço suficiente para que todos os moradores, mesmo que utilizando assentos alternativos, possam eventualmente reunir-se todos para conversas, jogos, sessões de cinema, ou assistir à TV.

Respeitando a cultura já existente, onde o televisor é um eletrônico importante no dia-a-dia de muitas

famílias, este deve estar integrado aos espaços de convívio.

Foi pensado um mobiliário específico, um sofá que possibilita que todos enxerguem à TV confortavelmente (Fig.18), com um ângulo de visão agradável. Além disso, ele pode ser disposto da maneira que se considerar mais desejável para cada atividade, permitindo que uns vejam aos outros (Fig.19). Para tal deve-se ocupar um espaço mínimo de 27,3m².

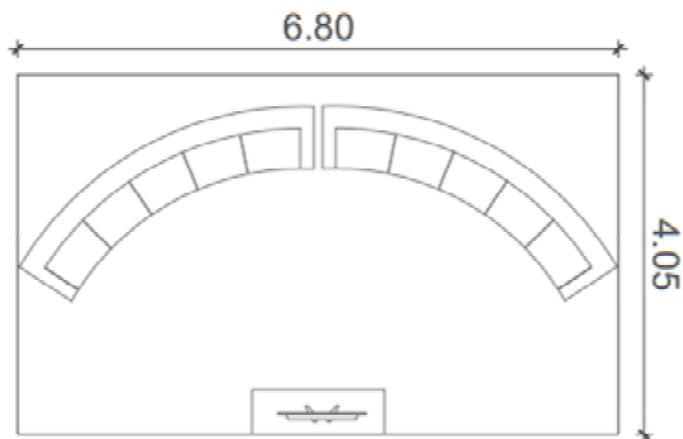


Figura 18. Layout básico da área de convívio.
Fonte: a autora, 2012.

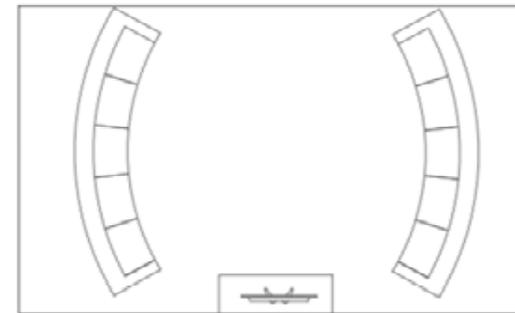


Figura 19. Outra opção de layout.
Fonte: a autora, 2012.

4.1.3 Preparação de Alimentos

O espaço de preparação de alimentos deve se integrar ao resto dos ambientes principais, já que uma considerável parcela do dia é usada para o preparo da comida, de forma que a cuidadora possa ter interagir com as crianças e estas podem lhe fazer companhia.

O fogão deve ser de 6 bocas, de uso doméstico e deve haver uma geladeira. Deverá haver espaço de bancada suficiente para a preparação de alimentos, sendo interessante que haja mais de uma cuba. Para guarda de louças, talheres, panelas e demais utensílios

deve-se utilizar armários sob a bancada de trabalho e armários elevados, presos às paredes.

Próximo, deverá se localizar a área de estocagem de alimentos, composta de várias prateleiras. Quando o layout permitir, o gás de cozinha pode ser guardado neste local e alimentar o fogão por um pequeno orifício na parede.

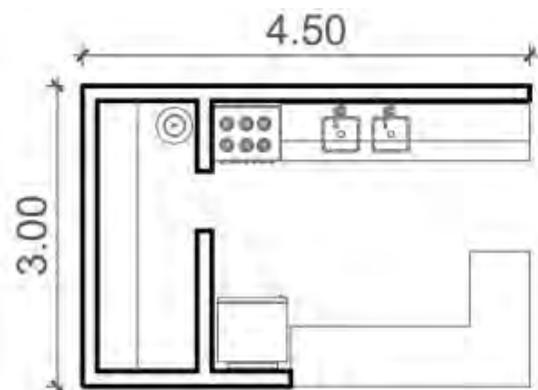


Figura 20. Layout básico da área de preparação de alimentos.
Fonte: a autora, 2012.

A existência ou não de balcões e o layout desse espaço ficará a critério do arquiteto, que julgará a conformação mais adequada. O layout básico (Figs. 20 e 21) estabelece uma área mínima de 13,5m², porém

quando integrado a outros ambientes, pode ocupar muito menos.

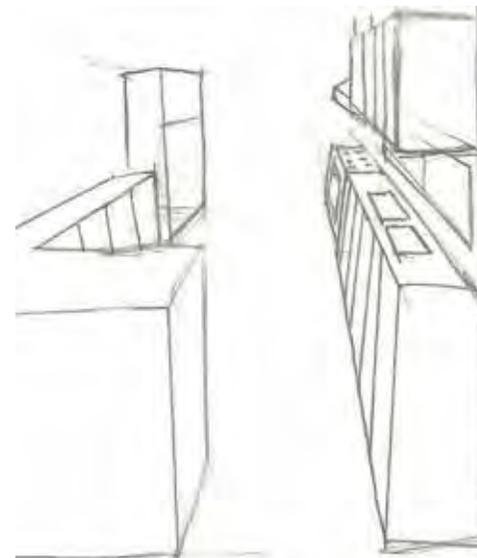


Figura 21. Perspectiva da área de preparação de alimentos.
Fonte: a autora, 2012.

4.1.4 Área para refeições

O espaço de refeições (Fig. 22) deve estar anexo ao ambiente da cozinha, por uma questão prática, pois após a preparação dos alimentos esses são levados ao centro da mesa para que todos se sirvam. A mesa de

jantar é também um importante local de convívio e reunião. Esta mesa pode ser utilizada para múltiplos fins, como para realização de deveres escolares, trabalhos manuais, desenhos, reuniões, conversas informais. Ela deve poder acomodar 12 pessoas – dez crianças e duas cuidadoras – sendo que sua forma circular favorece a comunicação, pois todos podem se ver. Seu tampo central giratório facilita que todos se sirvam sem inconvenientes e de forma mais prática.

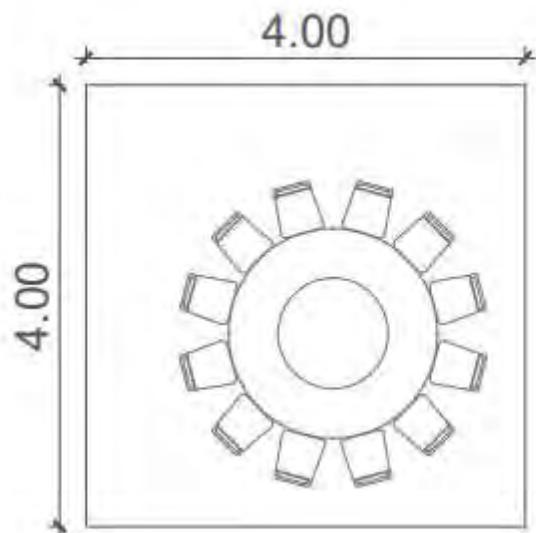


Figura 22. Área para refeições.
Fonte: a autora, 2012.

4.1.5 Espaço para uso de computadores

O uso de computadores deve ser realizado numa bancada adequada (Fig. 23), onde devem haver dois ou três computadores para uso coletivo, ou a quantidade que se julgar mais adequada. Esta bancada também pode ampliada e ser utilizada como escrivaninha, onde pode-se realizar leituras, escrever, apoiar notebooks, ou o que se julgar útil.

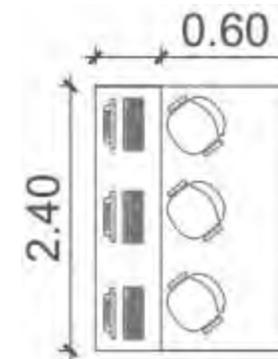


Figura 23. Espaço para uso de computadores..
Fonte: a autora, 2012.

4.1.6 Espaço de uso Múltiplo

As crianças devem ter a disposição livros e brinquedos e espaço para utilização destes (Fig. 24), sendo interessante a criação de um espaço exclusivo para brincadeiras, leituras e relaxamento quando possível. Este espaço pode conter ainda outro televisor de forma que prováveis conflitos no uso do televisor principal possam ser amenizados ou para que possam utilizar videogames ou assistir a filmes e programas infantis.

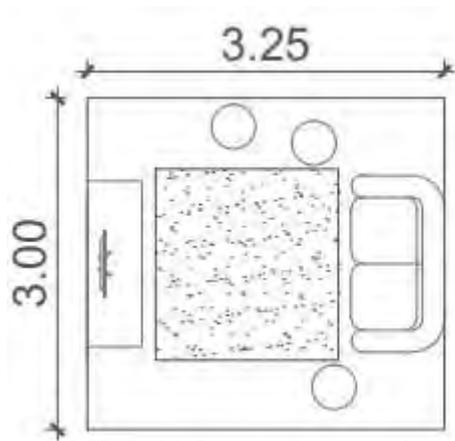


Figura 24. Espaço para uso múltiplo.
Fonte: a autora, 2012.

Este espaço deve possuir além de sofá, pufes e um tapete macio, para que as crianças possam se sentar e realizar leituras, utilizar brinquedos ou até mesmo cochilar. Consideramos ser interessante que o sofá seja do tipo sofá-cama, possibilitando que caso haja a necessidade de acolher alguma criança em caráter extraordinário, algum visitante ou outra cuidadora precise pernoitar, este possa ser utilizado.

Este ambiente deve ser passível de fechamento, quando necessária privacidade, silêncio ou isolamento. Caso haja visita de algum parente ou necessidade de conversas individuais, este ambiente pode ser utilizado para tal fim.

4.2 Núcleo de Higiene

O espaço onde se realiza a higiene (Fig. 25) deve ser tanto próximo aos quartos quanto próximo ao núcleo principal, respeitando o fluxo natural de usos dormitório-sanitário: acordar e utilizar o sanitário, escovar os dentes, tomar banho; tomar banho e arrumar-se no quarto; despertar durante a noite para utilizar o sanitário. Quanto o fluxo entre o núcleo principal-sanitário: lavar as mãos antes de cada refeição; lavar as mãos depois de brincadeiras; utilizar o sanitário ao longo do dia; escovar os dentes após refeições.

Neste espaço deve haver compartimentação dos usos (sanitário/ ducha/ pias) para proporcionar a simultaneidade de utilização deste, otimizando o tempo de espera em horários de maior demanda.

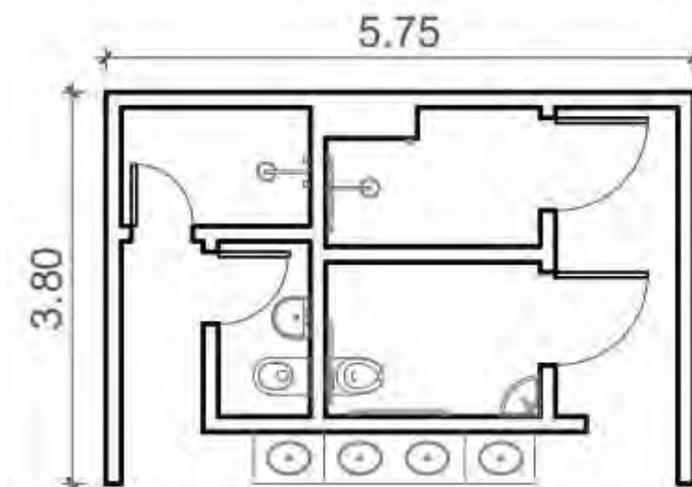


Figura 25. Núcleo de higiene.
Fonte: a autora, 2012.

Conforme estabelecido, para 10 crianças devem haver um mínimo de dois sanitários, sendo que pelo menos um deve ser acessível a cadeirantes. Chegamos a seguinte conformação dos sanitários, que compartilham duas paredes hidráulicas.

As pias foram colocadas em maior número e externamente pela necessidade frequente de utilização. Acima dos sanitários, em sua laje, devem ser colocadas as caixas d'água, de forma que a água perca pouca pressão ao chegar às bacias sanitárias. Os sanitários

utilizam uma área de 21,85m², observando que deve, ainda, haver área para circulação e utilização das cubas.

Para conseguir ventilar e iluminar parte dos sanitários, pode se utilizar de aberturas zenitais. As aberturas serão feitas onde for possível, de acordo com o esquema, que possui duas peças de vidro fixas. Se considerar necessário, pode utilizar aberturas basculantes, com puxadores baixos (utilizar prolongadores).

4.3 Núcleo de Repouso

Os dormitórios são espaços sujeitos à expansão e divisão, de acordo com as necessidades dos usuários e as decisões internas. Como deve se dar a organização destes, se por idade, sexo, afinidade, fica a escolha dos moradores e da cuidadora, que pode perceber qual a melhor opção.

4.3.1 Quarto das crianças e adolescentes

Cada jovem possui uma cama acoplada a prateleiras com espaços para exposição e guarda de objetos pessoais e um armário para guarda de roupas (Fig.26). Estes dois módulos são independentes e podem ser organizados de acordo com a preferência dos jovens, reafirmando a importância da individualidade e do desenvolvimento de uma identidade. Cada módulo ocupa uma área mínima de 5,6m².

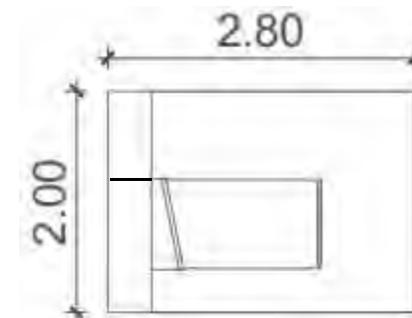


Figura 26. Núcleo de repouso.
Fonte: a autora, 2012.

A divisão dos quartos deverá ser feita por um sistema de paredes divisórias suspensas, que são

afixadas à laje. Segundo o fabricante Dimoplac, que fabrica as divisórias Dimofold (Fig. 27)

cada módulo é composto por duas lâminas conectadas entre si por um sistema flexível e contínuo e quando fechada, apresenta aspecto plano, dando ideia de uma parede maciça, ou lambri modulado. A remoção ou deslocamento dos painéis, são de fácil manuseio e de adequam conforme a necessidade de alteração do layout. (DIMOPLAC, acessado em 20 de novembro de 2012. <<http://www.dimoplac.com.br/produtos/dimofold>>)

Estas placas não necessitam de trilhos do piso e conseguem proporcionar um isolamento acústico de 35dB.

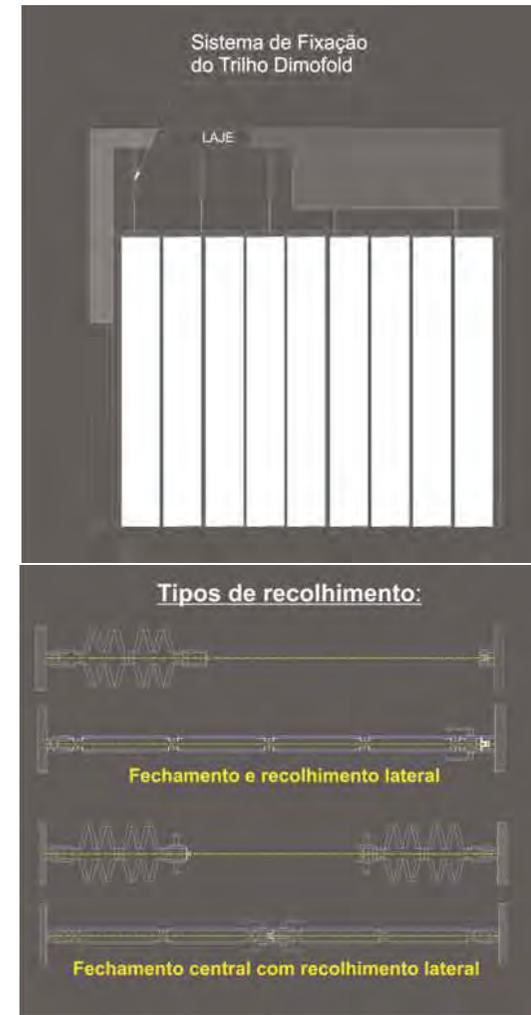


Figura 27. Dimofold.

Fonte:

<<http://www.dimoplac.com.br/produtos/dimofold>>

A intenção das divisórias móveis é que, conforme recomendado, as crianças e adolescente possam se apropriar de seus espaços, o que seria prejudicado pela troca constante de dormitórios. Portanto, cada usuário deve se manter, dentro do possível, fixo em seu espaço, devendo as divisórias ajudar a adequar os espaços e dividi-los da maneira mais adequada, quando houver necessidade ou desejo de ampliação ou diminuição do dormitório.

Embora essas alterações possam ser consideradas pequenas, ainda mais se utilizando de um mobiliário uniforme, Brasileiro & Duarte estudaram os fenômenos de territorialização, apropriação e personalização, promovidos por diferentes usuários, utilizando um mesmo suporte espacial: dormitórios padronizados da UFRJ. O que se descobriu é que há muitas maneiras de demonstrar territorialização, como a exibição de fotografias, que contam sobre sua origem, a exibição de objetos pessoais, o modo de organização; a não disponibilidade de espaço – e também de recursos financeiros, cabe ressaltar – poderiam funcionar como entraves à personificação, e apesar disso ela acontece plenamente, juntamente com a apropriação e demarcação do espaço. (BRASILEIRO & DUARTE, 2004, p.22)

4.3.2 Dormitório da cuidadora

A cuidadora deve possuir um dormitório próprio, sendo este suíte (Fig. 28). Seu dormitório deve poder abrigar um berço para o caso de abrigar crianças de colo e ter espaço para guarda de seus objetos pessoais. Ele deve ser organizado conforme o desejo da cuidadora. Ocupa uma área de cerca de 13m².

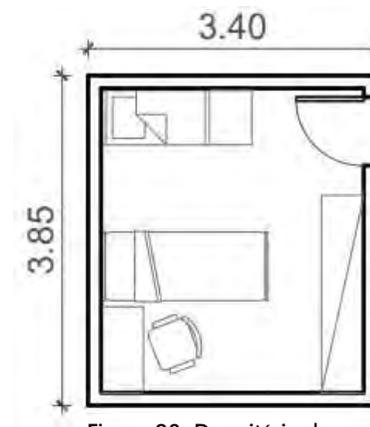


Figura 28. Dormitório da cuidadora.

Fonte: a autora, 2012.

4.4 Espaços adicionais

4.4.1 Garagem e Depósito

Deve haver espaço para guarda de um automóvel médio do tipo van coberto. Deve se observar a acessibilidade deste ambiente, de modo que em dias de chuva as crianças possam facilmente adentrar à residência e de forma que cadeirantes não tenham dificuldade de se dirigir até este. Anexo a este estacionamento deve haver espaço para estocagem de objetos diversos, pois tais instituições recebem doações constantemente.

Além disso, há sempre objetos que precisam ser guardados para uso posterior, por exemplo, quando não há crianças de colo na casa, cadeirões, trocadores, banheiras e cercadinho, precisam ser guardados, até que seja necessário seu uso novamente.

4.4.2 Área para lavagem de Roupas

O espaço para lavagem de roupas deve se localizar próximo a área descoberta para secagem de roupas ao sol. Deve conter pelo menos dois tanques e espaço para duas máquinas de lavar, além de espaço para armazenar produtos e utensílios de limpeza e objetos diversos.

A proximidade desta área à cozinha pode ser interessante, já que evitaria um grande número de caixas d'água.

5. A ESCOLHA DO LOTE PARA IMPLANTAÇÃO

5.1 Elegendo uma Área da Cidade

Inicialmente, procuramos uma área na cidade onde achamos que seria adequada para a implantação de uma instituição de acolhimento. A escolha da área foi guiada por alguns critérios que consideramos mais relevantes:

Acessibilidade urbana: está ligada a facilidade dos indivíduos de uma determinada área da cidade terem a oportunidade de acesso a outras áreas, onde podem desenvolver outras atividades. Esse acesso pode ser o deslocamento feito a pé, por bicicletas, transporte particular, mas especialmente do transporte público no caso de Presidente Prudente, realizado pelos ônibus urbanos. A acessibilidade a que nos referimos é

direcionada especialmente à área central da cidade, local que concentra serviços e comércio;

Predominância de residências: as Orientações Técnicas (2009) determinam que a instituição localize-se num bairro residencial, cercada por outras edificações familiares;

Área consolidada: áreas com ocupação legal, estabilizada em termos de ocupação, morfologia urbana, infraestrutura (iluminação pública, rede de água e esgoto, recolhimento de resíduos sólidos);

Padrão de renda: o padrão de renda do bairro não deve se diferenciar excessivamente do das crianças, por isso, embora busquemos uma área acessível, dotada de infraestrutura, e já consolidada, esta não deve ser muito valorizada, com residências de alto padrão que poderiam destoar da realidade das crianças e adolescentes.



Figura 29. Área escolhida destacada em amarelo.

Fonte: Google Maps, 2012, modificado pela autora.

Seguindo estes princípios, decidimos pela zona oeste de Presidente Prudente, mais especificamente a área que engloba os bairros COHAB, CECAP, Jardim Santa Paula, Jardim Sabará e Jardim São Paulo (Fig. 29).

A região é perpassada por uma via estrutural comercial, a Avenida Ana Jacinta, que possui supermercados, açougue, locadoras, varejão, banca de revista.

5.2 Visitando Lotes

A área possui duas grandes áreas verdes criadas ao longo de fundos de vale, que dispõem de quadras, parquinhos, academia da terceira idade, além disso há várias escolas públicas e UBSs. Para a escolha de um lote na área, primeiramente foram utilizadas imagens de satélite, que permitiram compreender onde haviam áreas disponíveis para edificação, ou seja, lotes inutilizados. Foram encontrados 20 possíveis lotes que então visitamos (Fig. 30). Como podemos observar na imagem abaixo, o bairro COHAB e CECAP, pela natureza de suas origens como conjuntos habitacionais, não possuem lotes vagos. Nesta visita pudemos conhecer mais

detalhadamente a região, e avaliar os lotes que foram, todos, fotografados.



Figura 30. Lotes visitados.
Fonte: a autora.

Alguns lotes nos pareceram mais interessantes e propícios à instalação da instituição. Após uma etapa de exclusão que incluiu visita à prefeitura para obtenção de dados, restando duas áreas de nosso interesse: uma delas formada por dois lotes e a outra por três lotes.

Precisamos de lotes com grandes dimensões para comportar todo o programa evitando a verticalização, o que dificultaria a acessibilidade, e por esta mesma razão, deu-se preferência a lotes planos. A escolha ficou entre dois lotes (Fig. 31), aqui chamados de “lote A” (Fig. 32) e “lote B” (Fig. 33). Ambos situam-se à Rua Abel de A. Freitas, no Jardim Santa Paula.



Figura 31. Lotes selecionados.
Fonte: Google Earth, 2011, modificado pela autora.

O lote A, na realidade compõe-se dois lotes que seriam unificados e situa-se na esquina da Rua Abel de

A. Freitas com a Rua José B. da Silva. Possui três edificações lindeiras.



Figura 32. Lote A.
Fonte: a autora.

O lote B, que consiste de três lotes que seriam também unificados situa-se na esquina da Rua Abel de A. Freitas com a Rua Angelina Rena.



Figura 33. Lote B.
Fonte: a autora.

5.3 Elegendo o Lote mais Adequado

Para auxiliar na escolha entre as duas áreas, estas serão avaliadas seguindo alguns requisitos, e a estes serão atribuídas notas. Os itens avaliados serão:

Zoneamento: como já discutido, a instituição deve se localizar num bairro residencial, portanto, numa zona residencial, numa via local.

Acessibilidade: tema já discutido anteriormente, relacionado à facilidade de acessar o lote e da mesma maneira, dos moradores do lote terem acesso a outros pontos da cidade. Aqui será avaliada a acessibilidade especialmente estritamente do ponto de vista viário, já que temos um item que se refere especificamente ao acesso a pontos de ônibus.

Comércio e serviços: como apontam as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), é importante a proximidade a comércios e serviços como em qualquer outra residência, tais como supermercados, mercados, vendas, quitandas, açougues e outros importantes no dia-a-dia da residência.

Vizinhança: a instituição deve se inserir num bairro que não destoe excessivamente da realidade de origem das crianças e adolescentes. Portanto, o bairro não deve ser habitado por pessoas de alto poder aquisitivo.

Proximidade a outras residências: a instituição deve se inserir entre outras residências.

Declividade do lote: os lotes devem ter um relevo suave, para que a edificação possa dispensar degraus e escadas, que dificultariam a acessibilidade de cadeirantes ou indivíduos com mobilidade reduzida.

Proximidade a escolas: as crianças e adolescentes atendidos devem se integrar à comunidade, inclusive utilizando as escolas das redondezas. A proximidade a escolas pode incentivar a independência dos adolescentes, que podem caminhar até esta sozinhos.

Proximidade a pontos de ônibus: importante para garantir o acesso a serviços não disponíveis no bairro e facilitar a locomoção a outros pontos da cidade.

Proximidade a UBS: garantir o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e adolescentes e o atendimento médico nos casos de menor complexidade.

Proximidade a delegacia: facilitar a realização de denúncias, e a rapidez no atendimento policial.

Proximidade a igrejas/templos: oportunizar as crianças e adolescentes a visitação a templos ou igrejas se assim desejarem.

Proximidade a áreas livres: é importante áreas livres onde possam interagir com outras crianças e adolescentes através de brincadeiras, jogos e passeios.

Os aspectos foram avaliados atribuindo-se as seguintes notas:

- 0 Inadequado
- 1 Pouco adequado
- 2 Possibilidade de adequação
- 3 Adequado
- 4 Bastante adequado

TABELA 2 – AVALIAÇÃO DOS LOTES

Requisito	Lote A	Lote B
Zoneamento	4	4
Acessibilidade	3	3
Comércio e Serviços	4	4
Vizinhança	4	3
Proximidade a outras residências	4	4
Declividade do lote	4	2
Proximidade a escolas	4	4
Proximidade a pontos de ônibus	3	3
Proximidade a UBS	4	4
Proximidade a delegacia	0	0
Proximidade a igrejas/templos	4	3

Proximidade a áreas livres	4	3
Tamanho	3	4
TOTAL	45	41

As características com relação à inserção dos lotes no bairro são muito semelhantes, pois a distância entre as duas áreas é de apenas uma quadra. A principal diferença entre os lotes é que o lote B apresenta considerável desnível com relação à calçada e principalmente à medida que avança para o limite com outros lotes. O lote A se encontra próximo a uma extensa área verde provida de equipamentos de lazer e esporte, o que consideramos bastante interessante.

O bairro é de classe média, sendo que o lote B se situa entre casas de grandes dimensões e mais alto padrão construtivo. Lote A está de frente para a Praça das Andorinhas, uma grande área de lazer.

Utilizando então, este critério de pontuação, o lote escolhido foi o lote A, que como já citado consiste em dois lotes unificados de propriedade privada. Para adquirir estes lotes é necessário que a prefeitura realize

uma oferta de compra junto ao proprietário, e caso não haja o desejo de venda, a opção seria realizar uma desapropriação cujo pagamento é feito na forma de títulos.

6. O LOTE



Figura 34. Lote escolhido.
Fonte: a autora.

O lote (Fig. 34) possui 21 metros por 24 metros e, portanto, uma área de 504 m². Encontra-se num ponto central da zona oeste, no Jardim Santa Paula, de acordo com o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Presidente Prudente (Fig. 35) compõe a zona ZR2, Zona Residencial de Média Densidade Populacional de ocupação horizontal. Lá são permitidas residência unifamiliar e multifamiliar horizontal e vertical, comércio

e serviço vicinal e de bairro. Algumas vias comerciais, situadas na ZCS3, – Zona de Comércio e Serviço de Vias Principais e Secundárias de bairro e região – circundam a área: Rua José B. da Silva, Rua A. R. Negrão, Rua das Palmeiras e Rua dos Alecrins de Campinas. Alguns quarteirões acima, se encontra a Avenida Ana Jacinta, pertencente à zona ZCS2 – Zona de Comércio e Serviço de Eixos Viários de ocupação vertical. Abaixo há uma



Figura 36. Usos próximos ao lote escolhido.
Fonte: a autora.

O mapa a seguir (Fig. 37) engloba uma área maior, de forma que podemos compreender o que há nas proximidades imediatas dos lotes, o que é possível ter acesso na escala do pedestre. Os comércios representados na figura são diversos como: bares, padaria, salões de beleza, açougues, papelaria, pequenos mercados, loja de calçados, drogaria, supermercados, restaurantes. As instituições de ensino publicas do bairro poderiam suprir a demanda das

crianças e adolescentes da instituição já que existe desde creche até o ensino profissionalizante.

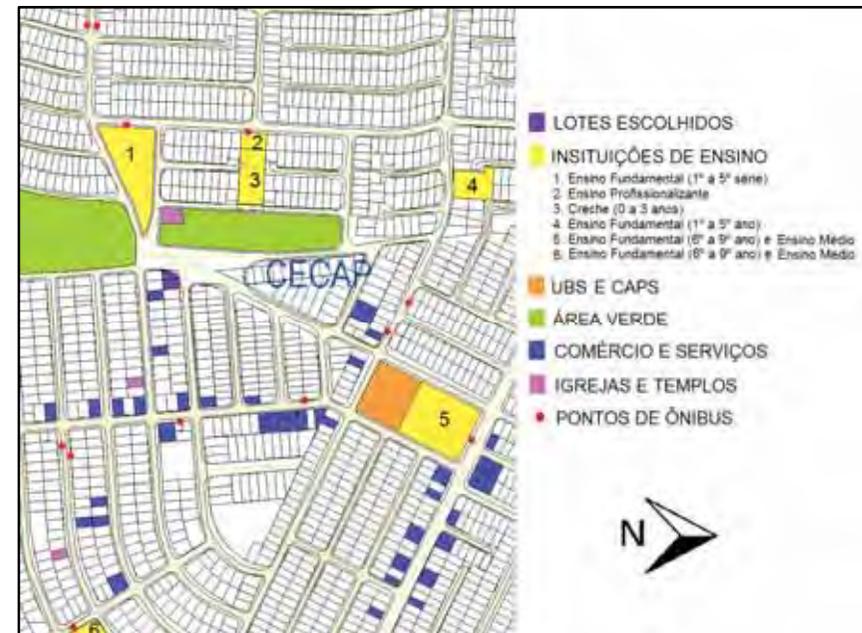


Figura 37. Usos relevantes nas proximidades do lote.
Fonte: a autora.

Abaixo podemos observar a hierarquia das vias da região (Fig. 38). As vias arteriais (Av. Juscelino Kubistchek e Av. Ana Jacinta) são àquelas que ligam diferentes regiões da cidade, são sempre vias de mão dupla, com várias faixas e de maior velocidade de circulação e dão acesso às vias coletoras. Estas últimas distribuem o

trânsito das vias arteriais para as vias locais e vice versa, dentro de determinadas regiões da cidade. Por último as vias locais dão acesso á áreas mais restritas, em geral propriedades particulares.

Utilizamos a chamada 'Base 10' – mapa confeccionado pela Prefeitura Municipal que apresenta as curvas de nível da cidade com cotas de dez em dez metros –, para realizar a interpolação das curvas do relevo, a fim de obter as curvas de nível que perpassam pelo terreno representadas de um em um metro de altura (Fig. 39).



Figura 38. Hierarquia de vias.
Fonte: a autora.

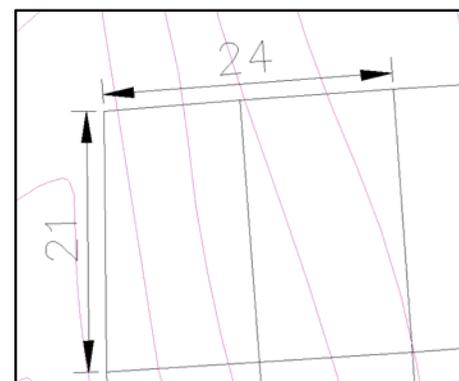


Figura 39. Relevo do terreno obtido através da Base 10.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente manipulado pela autora.

Ao observar esta representação do relevo do lote logo percebemos que haviam algumas discrepâncias com a topografia real. Enquanto em loco percebemos pouco desnível no lote, nesta representação há uma diferença de cota de quatro metros entre um extremo e outro do lote. Por isso consultamos os dados relativos ao relevo disponíveis no software Google Earth e geramos uma nova representação (Fig. 40), que nos pareceu mais fiel.

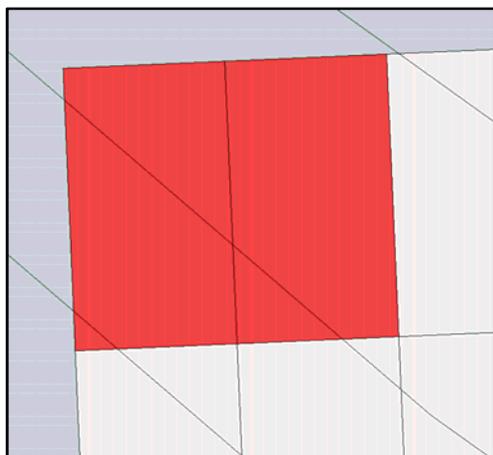


Figura 40. Relevo do terreno obtido no Google Earth.
Fonte: Google Earth manipulado pela autora.

A insolação se dá conforme a Figura 41.



Figura 41. Insolação.
Fonte: Google Earth manipulado pela autora.

7. ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO

O acesso à edificação se dará pela rua Abel A. de Freitas, pois esta é a via com outras edificações residenciais e portanto, é nesta fachada que deixaremos o recuo obrigatório de 4 metros.

Inicialmente fizemos um breve estudo das possibilidades de implantação (Fig. 42), respeitando as diretrizes estabelecidas, que preveem que a implantação deve ser dar em 'U', tendo um pátio central.

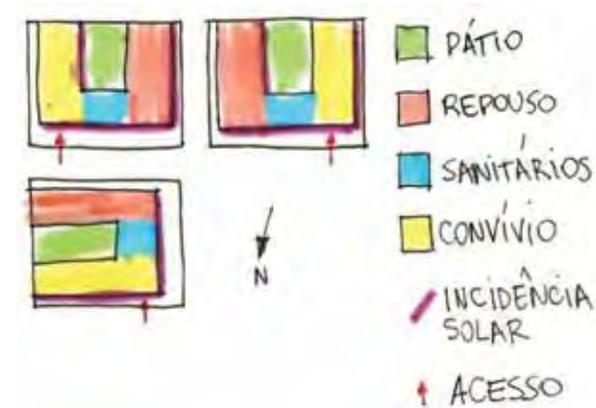


Figura 42. Estudo de implantação
Fonte: a autora, 2012.

Acabamos nos decidindo por uma implantação próxima a da última imagem à esquerda, porém, com acesso e recuos diferenciados desta (Fig. 43).

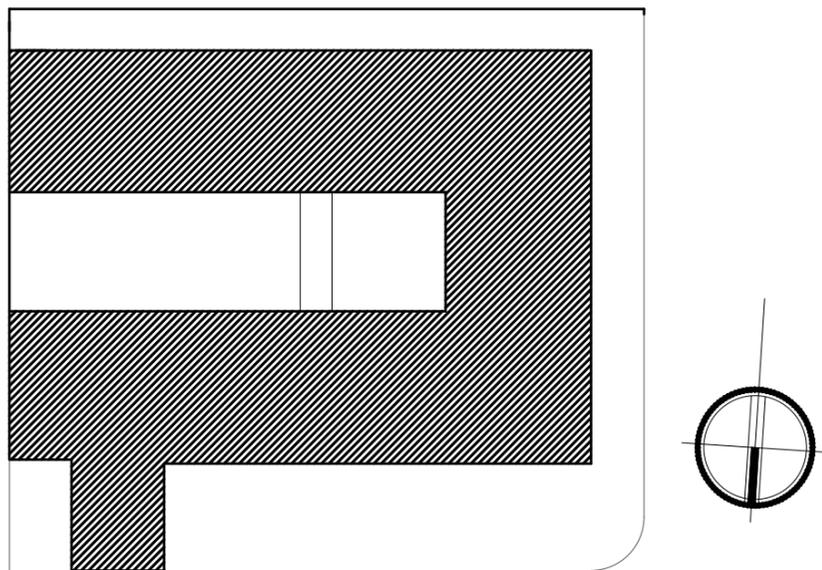


Figura 43. Implantação
Fonte: a autora, 2012.

A edificação possui cobertura em telhas cerâmicas claras do tipo portuguesa, com inclinação de 27%, ou 15°. Toda a estrutura do telhado é em madeira, estando apoiado diretamente na viga, dispensando tesouras. As telhas estão aparentes para aqueles fora da edificação, sendo que interiormente há apenas um forro de gesso inclinado. Consideramos importante que as telhas estivessem à vista, como nas outras residências vizinhas.

Assim como, se observar, a cobertura possui duas águas, mesmo que divididas, que fazem referências às duas águas tradicionais.

O forro inclinado possibilita sensação de amplitude, e facilita o escoamento do ar quente, e portanto menos denso, pelas aberturas superiores do ambiente (Fig. 44).

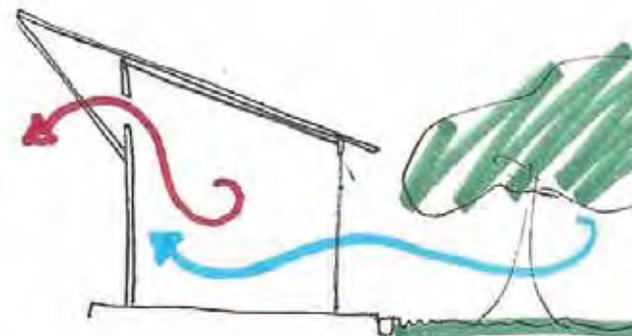


Figura 44. Esquema da ventilação nos ambientes.
Fonte: a autora, 2012.

A cobertura conta com apenas uma água, sendo que as águas dos dois 'blocos' da edificação voltam-se para o pátio central, possibilitando o recolhimento das águas pluviais conforme o esquema (Fig.45). A água cai na canaleta, é conduzida naturalmente pela gravidade até o

final desta onde há um 'ralo' que impede a passagem de folhas e gravetos. A água é então conduzida até o filtro que retira outros sólidos desta água que é então bombeada até a caixa d'água.

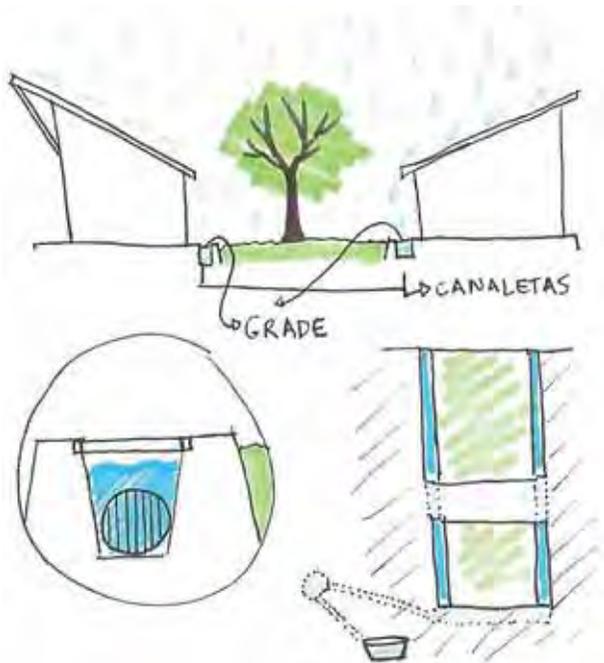


Figura 45. Esquema da recolhimento das águas pluviais.
Fonte: a autora, 2012.

A edificação possui três caixas d'água: duas de 1.000L posicionadas acima dos banheiros, sendo uma de água do abastecimento comum e outra de reuso da água

da chuva a ser utilizada em descargas e no jardim e outra, de 1.500L próxima a cozinha e serviços.

Estabelece-se que cada pessoa utiliza 150 litros de água por dia. Sendo 11 usuários, (excluindo-se a funcionária que não dorme ali), dão 1.650 litros diários de consumo. Planejando uma autonomia de dois dias seriam necessários 3.300 litros, e temos 3.500 litros.

Há 5 painéis de captação de energia solar voltados a 45° para o norte. Eles possuem dimensões de 2m x1m, sendo, de acordo com o fabricante Heliotek, a quantidade necessária para 11 pessoas. A água quente é armazenada num boiler de 1.000 litros, alocado ao lado da caixa d'água, acima dos sanitários.

Acima dos sanitários também há duas aberturas zenitais para iluminação e ventilação conforme o esquema (Fig. 46). Como não há chuveiros neste ambiente, não vimos problemas adicionais em utilizar este tipo de ventilação.

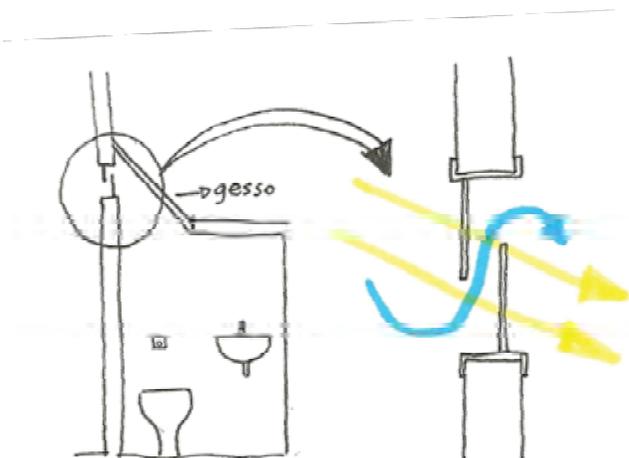


Figura 46. Esquema de iluminação dos banheiros.
Fonte: a autora, 2012.

A colocação de abertura de portas e janelas no quarto das crianças e adolescentes foi calculada de forma a possibilitar os pais diversos layouts como se pode observar na planta (Fig. 47). A frente das janelas dos dormitórios foi colocado um jardim vertical, até a altura de 1,70 de forma a quebrar a monotonia da vista e auxiliar no conforto térmico. Acima deste, mantém-se a parede branca, favorecendo a reflexão da luz para o interior dos dormitórios, que além de ter aberturas próximas ao muro

de divisa do terreno, localiza-se na fachada sul, deficiente de iluminação natural.

Consideramos interessante separar os dormitórios em dois pequenos blocos e alocar no centro destes o ambiente de uso múltiplo, de forma que este, mesmo fisicamente não tão próximo da área de convívio, ainda assim se integra a este, visualmente e através de uma pequena passarela descoberta. Neste ambiente, além de televisão e um aparador para a colocação de licros e brinquedos ao alcance das crianças, há um grande armário para guarda de roupas de cama, livros, e o que for necessário estocar.

Embora consideremos interessante pensar na vista para a área verde do bairro, a fachada oeste possui uma insolação desagradável, e por isso, há apenas uma abertura pequena na área de convívio e passível de fechamento, quando a insolação for perturbadora. Abaixo desta abertura conseguimos proporcionar uma grande bancada para utilização de computadores, laptops ou para se escrever.

A área de refeições se integrou completamente à área de preparação de alimentos, proporcionando momentos de maior interação. A área de estocagem de

alimentos ficou anexa a esta, possibilitando que o botijão de gás ali ficasse guardado.

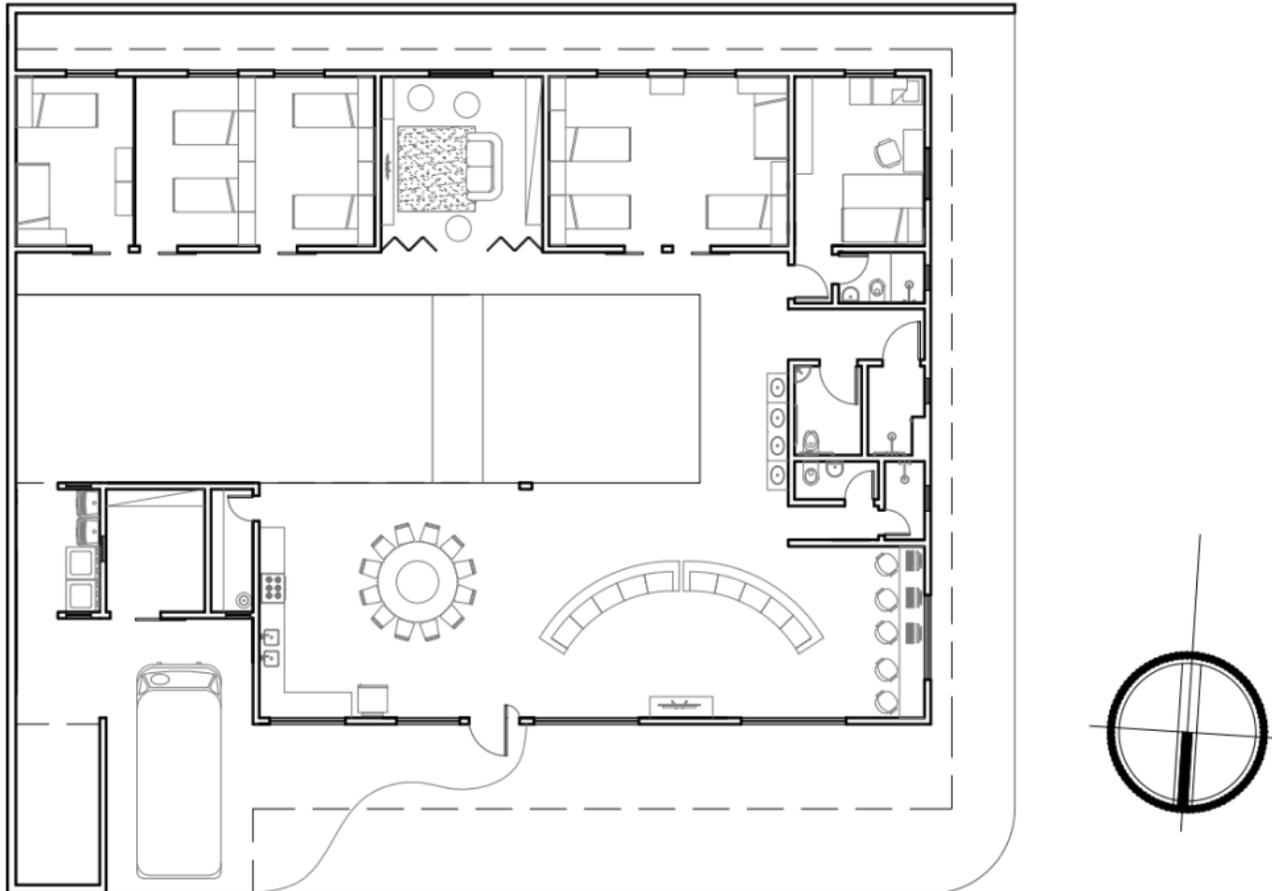


Figura 47. Layout do projeto.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 48. Perspectiva do projeto.
Fonte: a autora, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que embora o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 tenha trazido grandes melhorias e importantes avanços no atendimento às crianças e adolescentes acolhidos, ainda precisamos avançar no sentido de sua efetivação. A adequação dos espaços destinados a moradia dos acolhidos, de forma que respeite suas individualidades proporcionando um ambiente acolhedor e adequado, que atenda a todos os pressupostos, ainda é falha.

Portanto é imprescindível o entendimento do programa de necessidades, de forma a projetar essa casa, para esta família tão específica, da forma mais adequada, que aqui consideramos que seja flexibilizando

os espaços, proporcionando a oportunidade de imprimir o 'estilo pessoal' dos usuários aos ambientes, transformando espaços em lugares, dotando a habitação de significados, sem perder de vista pressupostos como o conforto térmico, ergonômico, luminoso, preocupações ambientais. Nosso produto final é antes de uma proposta de implantação, um estudo de como devem se organizar e articular estes espaços a fim de atender a tantas normas e recomendações.

É com grande satisfação que chegamos a este produto final, que acreditamos, se aproxime do ambiente ideal para acolher estas crianças e adolescentes em um momento delicado de suas vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Junho, 2004.

ALVES, Luiz Augusto dos Reis & CONSENZA, Carlos Alberto Nunes. **O que é Pátio Interno?** In: Cadernos do PROARQ/ UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ PRAORQ, 2004. V.8, nº 8, p. 87-127.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, Junho de 2009.

BRASILEIRO, Alice de Barroz Horizonte & DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. **Alojamento de estudantes da UFRJ: Quartos iguais, espaços diferentes. ?** In: Cadernos do PROARQ/ UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ PRAORQ, 2004V. 8, nº8, p. 1-23.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. **Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária.** In: IPEA; Conanda. (Org.). O direito à convivência familiar e comunitária. 1 ed. Brasília: IPEA, 2004, v. 1, p. 303-324.

CUNEO, Mônica Rodrigues. **Acolhimento prolongado: os filhos do esquecimento:** a institucionalização de crianças e as marcas que ficam. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007.

CUNICO, Giceli Portela. **A casa Bettega de Vilanova Artigas: Desenhos e conceitos.** Dissertação de Mestrado. FAU/USP: São Paulo, 2008.

V. Del Rio, C. R. Duarte, & P. A. Rheingantz (Orgs.), **Projeto do lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo** (pp. 153-160). Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal nº 8.069 de 13/07/90, 1990.

FELIPPE, Máira Longhinotti. **Casa: uma poética da terceira pele.** In: *Psicologia e Sociedade*, 22, 2010. P; 299-308.

FRANÇA, Dirce Barroso. **Do abrigo ao acolhimento: importância do vínculo nos cuidados institucionais.** Sem ano. Disponível em: <<http://bercodacidadania.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Do-abrigo-ao-acolhimento-importancia-do-vinculo-nos-cuidados-institucionais.pdf>>. Acessado em: 12 de maio de 2012.

FROMER, Lígia. **O abrigo: uma interface no atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência intrafamiliar.** In FERRARI, Dalka C. A. & VECINA, Tereza C.C. (orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.* 3 ed. São Paulo: Ágora, 2002, p.311-315.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação.** In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação.** São Paulo : Instituto Camargo Corrêa, 2006, p.59-68.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JORGE, Liziane de O. **Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012.

MELLO, Simone Gueresi de. **O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo.** In: IPEA; Conanda. (Org.). *O direito à convivência familiar e comunitária.* 1 ed. Brasília: IPEA, 2004, v. 1, p. 135-166.

MELLO, Simone Guerese de & SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Contextualizando o "Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada"**. In: IPEA; Conanda. (Org.). O direito à convivência familiar e comunitária. 1 ed. Brasília: IPEA, 2004, v. 1, p. 21-39.

NEUFERT, Ernst. **A arte de projetar em arquitetura**: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil, 1976. 5ª ed.

NEUFERT, Ernst. **Las Dimensiones Humanas e los Espacios Interiores**: Estándares antropométricos. México: Gustavo Gili, 1996.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A história começa a ser revelada**: panorama atual do acolhimento no Brasil. In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). Abrigo : comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006, p.35-44.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de. **O caráter provisório do abrigo e a adolescente**: pensando transitoriedades. Tese de Mestrado. UFRG: Porto Alegre, 2008.

ORCIUOLI, Affonso. **Novas formas de habitar**. In AU Arquitetura e urbanismo nº 101. p. 62-64, abril/maio. São Paulo, Pini, 2002.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene (coord.), RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes**: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados.** In: IPEA; Conanda. (Org.). O direito à convivência familiar e comunitária. 1 ed. Brasília: IPEA, 2004, v. 1, p. 41-71.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Senado da Câmara e as crianças expostas.** In: DEL. PRIORE, Mary (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.

TRAMONTANO, Marcelo. **Novos modos de vida, novos espaços de morar.** São Carlos: EESC-USP, 1993.

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitação Contemporânea: Riscos Preliminares.** São Carlos: EESC-USP, 1995.

UNGARETTI, Sandra S. G. **Educandário Dom Duarte: O desafio de mudar.** In: Ribeiro, Maria Lucia Carr (coord.). Abrigos em movimento : o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo. São Paulo : Instituto Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

ANEXO 1. PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Este pré-dimensionamento foi feito com referência nas Orientações Técnicas do Governo Federal (2009) que faz recomendações a respeito da área física mínima para alguns dos usos, conforme já comentado no capítulo 2 deste trabalho. O objetivo era entender qual a área mínima média que será ocupada pela edificação e por cada uso separadamente. Posteriormente, chegamos a uma organização diferenciada dos espaços que acarretaram dimensionamentos diferentes, mas achamos interessante manter este estudo, principalmente porque as áreas contidas nas recomendações se mostraram insuficientes e por isso apresentaremos também uma opção mais adequada de dimensionamento. Aparentemente, o quesito acessibilidade foi

desconsiderado no dimensionamento nas diretrizes do governo.

A sala de estar recomenda-se que tenha espaço para acomodar todas as crianças e adolescentes e os cuidadores, sugerindo uma área de 1 m² para cada ocupante; contando 12 ocupantes seriam 12 m², que como podemos observar (Fig. 49), não conseguiria acomodar 12 pessoas.

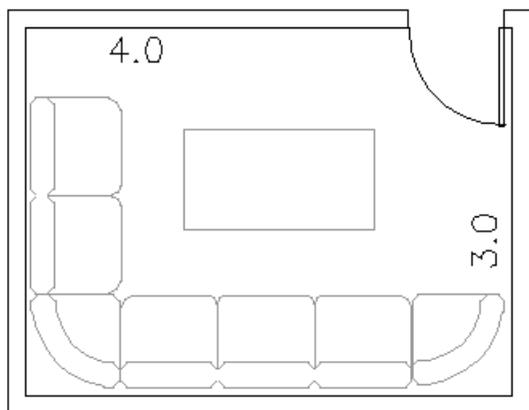


Figura 49. Sala de estar, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).
Fonte: a autora.

Aqui (Fig. 50), apresentamos o dimensionamento mínimo para conseguir receber 12 usuários na sala. No caso da presença de cadeirante a mesa de centro deveria ser suprimida para possibilitar espaço de movimentação e giro da cadeira de rodas. Área total de 15 m².

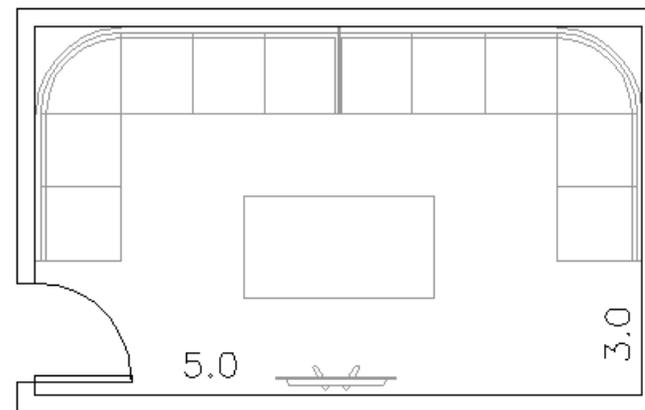


Figura 50. Sala de estar, área adequada.
Fonte: a autora, 2012.

Para a sala de jantar recomendam-se as mesmas dimensões da sala de estar, 1 m² para cada ocupante, o que neste caso também se mostra ineficiente (Fig. 51), não chegando a poder receber nem oito usuários confortavelmente.

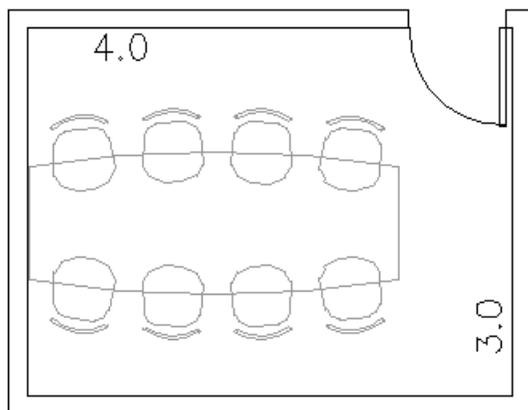


Figura 51. Sala de jantar, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).
Fonte: a autora, 2012.

Para 12 usuários são necessários 16,5 m² (Fig. 52). No caso não é possível o acesso de cadeirantes, pois não há suficiente espaço de circulação ao redor da mesa; como não pretendemos criar um compartimento exclusivo para realização das refeições não haverá este problema com relação à circulação.

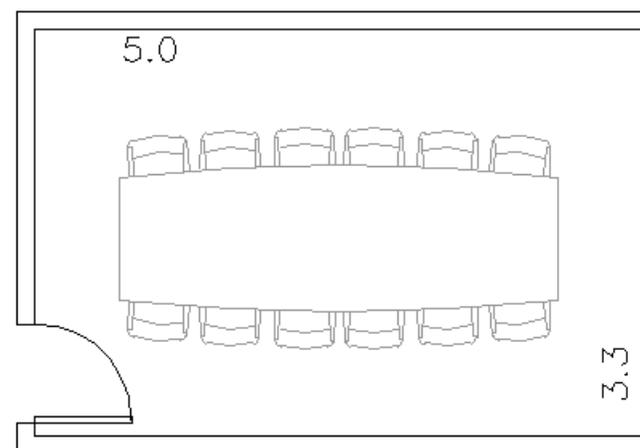


Figura 52. Sala de jantar, área adequada.
Fonte: a autora, 2012.

O sanitário acessível (Fig. 53) ocupará 4,32 m².

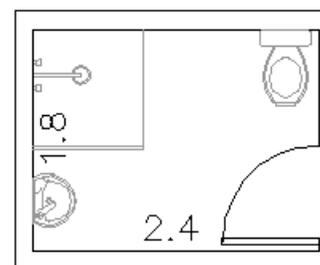


Figura 53. Sanitário acessível.
Fonte: a autora, 2012

De acordo com as orientações técnicas o dormitório deverá ter no mínimo 2,25 m² para cada ocupante, portanto nos dormitórios para dois usuários

serão $4,6 \text{ m}^2$, o que abrigaria apenas uma cama (ou beliche) e não restaria espaço para armários (Fig. 54). Para três usuários seriam $6,9 \text{ m}^2$, o que mais uma vez é insuficiente, pois mesmo utilizando beliche faltaria espaço para movimentar-se entre as camas e não há espaço para colocação de armários ou outros dispositivos de armazenamento (Fig. 54).

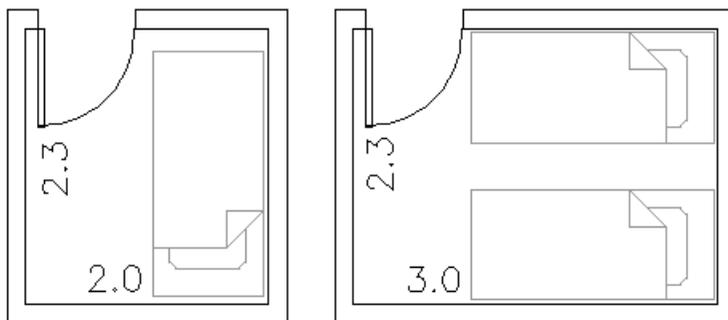


Figura 54. Dormitórios para dois e três ocupantes, área indicada pelas Orientações Técnicas (2009).
Fonte: a autora, 2012.

Consideramos que o espaço mínimo para dois usuários de modo a garantir a acessibilidade seria de $10,56 \text{ m}^2$ e para três de $16,65 \text{ m}^2$ (Fig. 55).

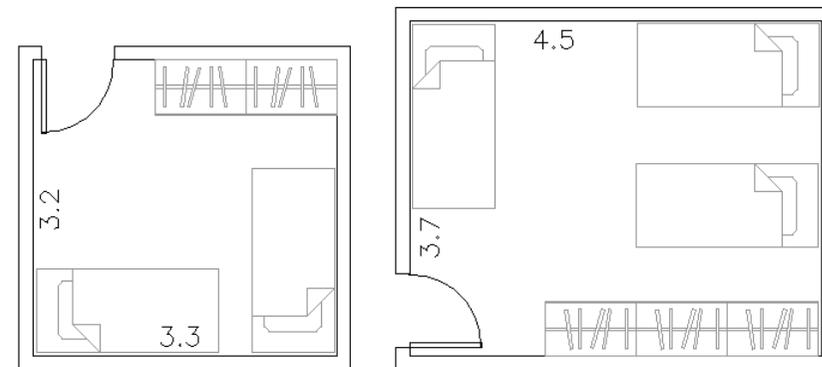


Figura 55. Dormitórios, área adequada.
Fonte: a autora.

O quarto do cuidador teria $9,8 \text{ m}^2$ (Fig. 56).

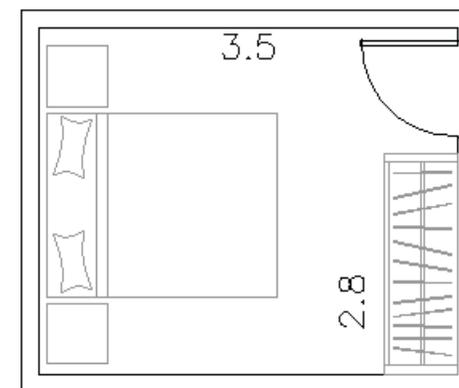


Figura 56. Dormitório do cuidador.
Fonte: a autora.

A cozinha deveria ter 10,80 m² para abrigar geladeira, freezer, fogão seis bocas, duas pias (Fig. 57) e ainda permitir área para giro da cadeira de rodas.

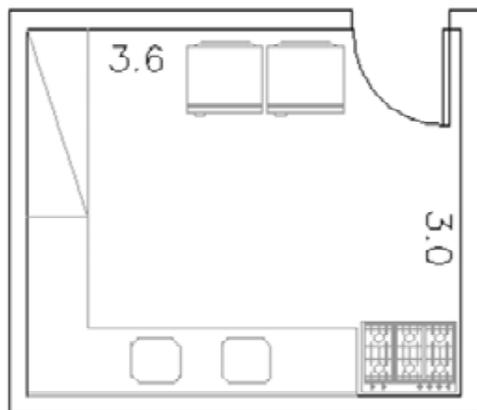


Figura 57. Cozinha.
Fonte: a autora.

A área de serviço deverá ter 6,16 m² (Fig. 58).

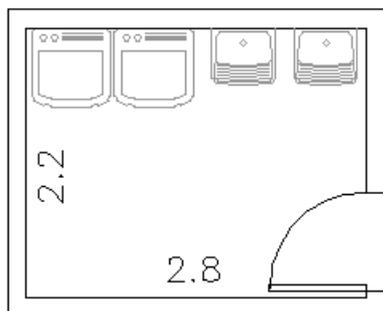


Figura 58. Área de serviço.
Fonte: a autora.

Além desses deverá haver espaço para brincadeiras, estudo e leitura. Como ainda não decidimos como deverão se dar estes espaços, se estes deverão se articular num mesmo espaço ou não, como será o mobiliário, não faremos representações gráficas, porém consideraremos que estes espaços ocuparão 18 m². O mesmo a respeito da área de estocagem, para a qual reservaremos 12 m².

Na tabela a seguir especificaremos os cômodos e suas respectivas áreas de modo a auxiliar a visualização e calcularmos a soma total de áreas.

A edificação terá cerca de 200 m² de área construída de acordo com nosso pré-dimensionamento. Como dispomos de um lote com mais de 500 m², sabemos que todo o programa poderá ser desenvolvido tranquilamente neste espaço e que os ambientes poderão ter dimensões superiores ao que foi pré-dimensionado se considerado necessário.

TABELA 1 – PRÉ-DIMENSIONAMENTO

CÔMODO	ÁREA INDIVIDUAL	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL
QUARTO PARA 2	10,56m ²	2	21,12m ²
QUARTO PARA 3	16,65m ²	2	33,3m ²
QUARTO CUIDADOR	9,8m ²	1	9,8m ²
ESTAR	15m ²	1	15m ²
REFEIÇÕES	16,5m ²	1	16,5m ²
COZINHA	10,80m ²	1	10,80m ²
SANITÁRIO	4,32m ²	3	12,96m ²
SERVIÇO	6,16m ²	1	6,16m ²
BRINCAR/ESTUDOS	18m ²	1	18m ²
ESTOCAGEM	12m ²	1	12m ²
SOMA			155,64m ²
30% referente à circulação/vedação			46,69m ²
TOTAL			202,33m ²

ANEXO 2. REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Considera-se que seria interessante, na ausência de publicações na área, que fosse feito um estudo projetual de um instituição de acolhimento existente, na cidade de residência atual da autora, em Presidente Prudente, de forma a entender sua organização espacial e as necessidades do programa. Ao contatar o Conselho de Assistência Social Municipal, fomos informados da existência de apenas dois abrigos na cidade, o Lar Santa Filomena e o Lar dos Meninos.

Após a revisão bibliográfica, decidiu-se por analisar um projeto de abrigo temporário na Alemanha, que carece de informações técnicas e um projeto de residência, pois esta se aproxima mais da realidade dos abrigos do que outras instituições como creches, escolas, etc.

Bed by Night, Hannover, Alemanha



Figura 59. Imagem externa do Bed by Night.
Fonte: <<http://www.residentialshippingcontainerprimer.com/BED%20BY%20NIGHT>>

Há grande similaridade entre o programa deste edifício (Fig. 59) e o projeto que desenvolveremos. No edifício, fruto de um concurso com a temática 'novos usos', funciona um centro de acolhida que atende crianças e adolescentes de rua, oferecendo acomodações

temporárias, com locais para dormir, banheiros, lavanderia e refeitório. Foi projetada pelo arquiteto Han Slawik em 1996 e pensado para durar cerca de 10 anos, uma construção efêmera, assim como a permanência de seus usuários.

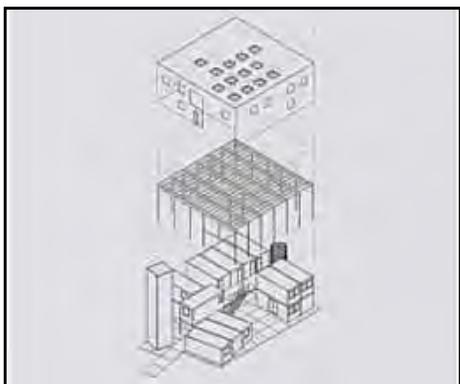


Figura 60. Esquema de montagem.

Fonte:
<<http://www.residentialshippingcontainerprimer.com/BED%20BY%20NIGHT>>

Apropria-se de um módulo pré-fabricado e já existente: o container de transporte, sendo 19, todos pintados com cores vivas, sobrepostos e justapostos (Fig. 60), envoltos de uma estrutura de madeira e com um fechamento em vidro translúcido (Figs. 61) do tipo 'u-glass'.



Figura 61. Imagem externa do Bed by Night.

Fonte: <<http://www.residentialshippingcontainerprimer.com/BED%20BY%20NIGHT>>

Casa João Luiz Bettega

Situado na Rua da Paz n.º 479 em Curitiba, Paraná, o imóvel (Figs. 62 e 63) projetado em 1953 por João Batista Vilanova Artigas, foi construído para servir de residência a João Luiz Bettega. A edificação é um dos poucos remanescentes da arquitetura de expressão Modernista Brasileira em Curitiba. Foi implantada num

local onde era possível avistar toda a cidade, com pilares ritmados moduladamente.



Figura 62. Imagem externa da residência João Luiz Bettega.
Fonte: Oliveira, 2008.



Figura 63. Representação 3D da residência.
Fonte: Oliveira, 2006.

Nela, todos os ambientes são voltados para a face noroeste, a que mais luz solar recebe em Curitiba, já que esta é uma cidade fria. A entrada da residência, lateral e quase no meio do lote, criou uma solução rara na Curitiba dos anos de 1950, assim como o quase esvaziamento da fachada, tornando-a semelhante à face lateral. Com quase 500 m² de área construída e distribuída em dois pavimentos, a casa tem espaços integrados por pés-direitos duplos e interligados por rampas. Foi construída para uma família com nove filhos.

Existem quatro pontos marcantes nesta casa: o telhado, fachada, lareira (Fig. 64) e a escada de empregada (Fig. 65).



Figura 64. A lareira.
Fonte: Oliveira, 2008.

A escada, de formas fluídas, ganha destaque, guiando até as dependências de empregada, mostrando uma inversão dos valores vigentes àquela época, onde era o usual que as dependências de empregados

ficassem em áreas menos 'nobres' da residência, em geral, nos fundos. Artigas projetou-a como um apartamento à parte, com entrada independente, mas



Figura 65. Escada em caracol.
Fonte: Oliveira, 2008.

integrado ao corpo da casa e aproveitando a mesma insolação destinada aos demais cômodos da residência. O telhado fica escondido sob uma platibanda, já que na época era inviável a impermeabilização.

O telhado utiliza telhas de fibrocimento, que permitem menos inclinação e possui quatro águas de forma a diminuir a altura do telhado. A lareira funciona como definidora espacial, delimitando o espaço de estar e de jantar.

A casa possuía uma suíte para o casal, e dois dormitórios para os filhos, sendo um para as meninas e um para os meninos, um banheiro para uso dos filhos, sala de jantar, sala de estar, copa para refeições diárias,

cozinha, quarto de empregada, lavabo e como Bettega era médico e atendia pacientes em casa, um consultório. Uma planta muito mais livre do que as das outras casas da época, como podemos observar nas Figuras 66 e 67.

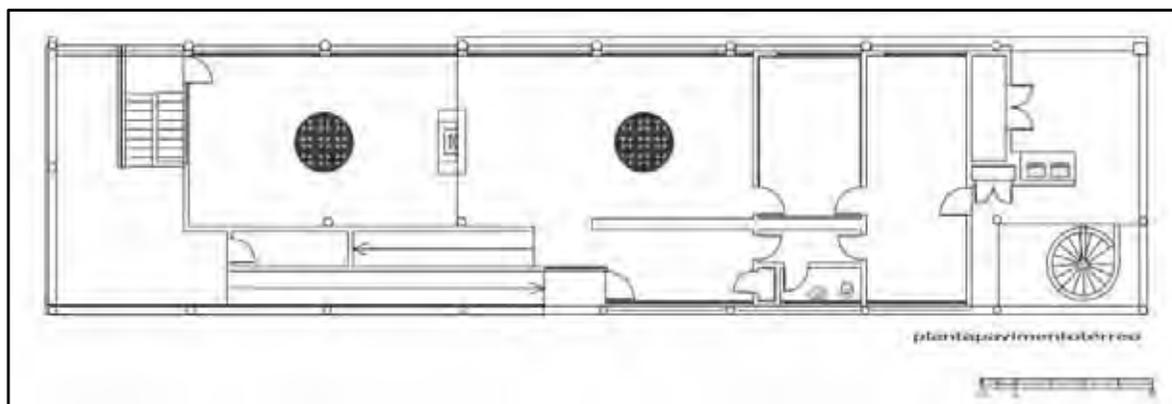


Figura 66. Pavimento térreo.

Fonte: Oliveira, 2008.

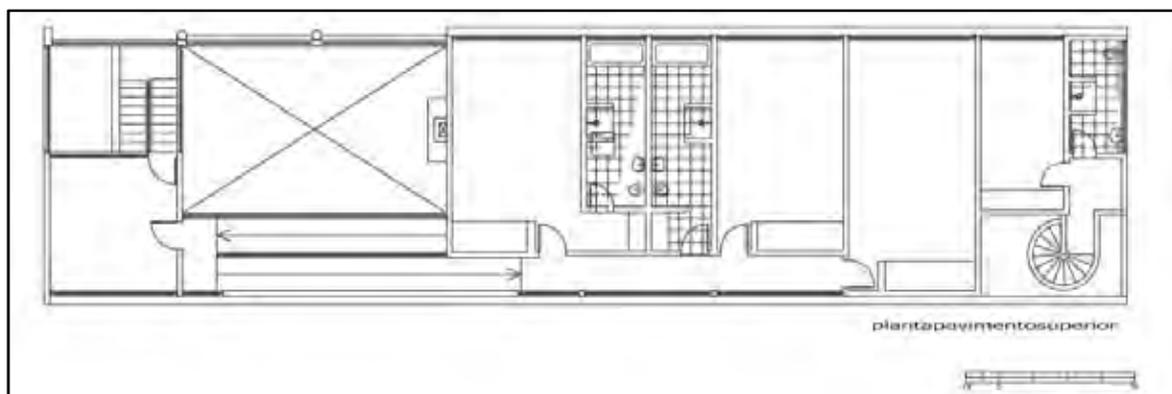


Figura 67. Pavimento superior.

Fonte: Oliveira, 2008.